

**Julho 2006**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

# CEDOC DW

## *Centro de Documentação e Informação*

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da Development Workshop (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Mercado Informal e Microfinanças**
3. **Governança e Descentralização**
4. **Eleições e Educação Cívica**
5. **Educação, Juventude e Criança**
6. **Terra, Habitação e Urbanização**
7. **Serviços Básicos**
8. **Paz e Reconciliação**

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### *Genérico*

**Redação** Waldney Oliveira

#### **Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

#### **Editado por:**

Development Workshop-Angola

#### **Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

#### **Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

#### **Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

#### **Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega



## INDICE

<b>1 Redução da Pobreza e Economia</b>	<b>1</b>
1.1 Mais um instrumento de combate a pobreza.....	1
1.2 Trabalhar pelo empreendedorismo dos mais pobres.....	2
1.3 BM cancela dívida de 15 Países africanos.....	2
1.4 Taxa de inflação situa-se à volta dos 12 por cento.....	3
1.5 Economia angolana vai bem, mas.....	3
1.6 76 milhões consumidos no II semestre.....	4
1.7 Mais de Usd 3 milhões na luta contra a pobreza.....	5
1.8 FAS entrega jango à comunidade de Macango.....	6
<b>2 Mercado Informal e Microfinanças</b>	<b>7</b>
2.1 Mais um instrumento de combate a pobreza.....	7
2.2 De quem é o trabalho de fiscalização?.....	8
2.3 ONG quer 1 milhão para projecto habitacional.....	8
2.4 Na pendura do Kupapata Evaristo.....	8
2.5 Quixicredito vai conceder USD9 milhões.....	10
2.6 Quintalão do Rocha Pinto pode causar alvoroço.....	10
<b>3 Governação e Descentra-lização</b>	<b>12</b>
3.1 Cabinda terá estatuto especial.....	12
3.2 Administrações municipais.....	12
3.3 MAT promove curso de planeamento e gestão.....	13
3.4 Governo e parceiros satisfeitos com implementação de programas sociais.....	14
3.5 Recenseamento geral da população poderá ocorrer em 2010.....	14
<b>4 Eleições e Educação Cívica</b>	<b>16</b>
4.1 Partido Extra-parlamentar forma fiscais eleitorais.....	16
4.2 Workshop aborda direitos humanos em Ndalatando.....	16
4.3 Consórcio Técnico prepara material para o registo eleitoral.....	16
4.4 No meio de tantas miséria até a água vai poder comprar votos.....	17
4.5 Arrancou a selecção de brigadistas.....	18
4.6 Educação para eleições (I).....	18
4.7 Benguela, prepara formadores para registo eleitoral.....	19
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>21</b>
5.1 Huambo vai enquadrar 500 professores.....	21
5.2 Caála beneficiará de 15 novas salas de aulas.....	21
5.3 Inaugurada duas escolas primarias.....	21
5.4 Luanda terá novo instituto de ensino superior.....	21
5.5 Imunização de menores prossegue no seu segundo dia oficial.....	22
5.6 Juventude do Huambo faz da caneta uma potente arma.....	23
5.7 Criada Escola Portuguesa de Luanda.....	23
5.8 Angola inicia campanha integrada para proteger mais de 3 milhões de crianças menores de cinco anos.....	24
<b>6 Terra, Habitação e Urbanização</b>	<b>25</b>
6.1 Litígio de casa "anula" sentença de tribunal.....	25
6.2 Lar do "Patriota" recebe cinco milhoes de dolares.....	25
6.3 ONG quer 1 milhão para projecto habitacional.....	26
6.4 Zango acolhe novos moradores.....	26
6.5 O estado da província, segundo o Director GEPE (reabilitar a vapor).....	27
6.6 Cimento e tinta para sarar as feridas da guerra.....	28
6.7 Uniprev rápida e com força no Camama.....	29
6.8 Conflito de terras causa mortes.....	30

<b>7 Serviços Básicos (Água e Saneamento)</b>	<b>31</b>
7.1 Envirobac. Uma operadora de "luxo" na recolha de lixo .....	31
7.2 Kilamba Kiaxi, Estradas degradadas comprometem circulação rodoviária .....	31
7.3 Maioria dos Países pobres carece de saneamento básico .....	31
7.4 Novo medicamento para malária disponível em 18 unidades de saúde de Luanda .....	32
7.5 Água: Um bem difícil de se adquirir .....	32
7.6 Sequelas da cólera em Angola.....	33
7.7 Lixo não acabou na Boavista... foco continua descontrolado.....	34
<b>8 Paz e Reconciliação</b>	<b>36</b>
8.1 Sociedade civil apoia fim das acções militares em Cabinda .....	36
8.2 Governo encorajado a instaurar paz em Cabinda .....	36
8.3 Representante do BM satisfeito com processo de desmobilização de ex-militares .....	37
8.4 Desmobilização de militares excedentários inicia dentro de três meses .....	37
8.5 PRD apoia conversações entre Governo e FLEC .....	38
8.6 Consolidação da Paz.....	38
8.7 Cabinda Oposição quer participar nas negociações.....	38
8.8 Reintegração de ex-militares a bom ritmo .....	39
8.9 Cessar-fogo em Cabinda vigora a partir das zero horas.....	40
8.10 Lunda Sul: Jura apela jovens a participarem na reconstrução do país .....	41

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Mais um instrumento de combate a pobreza

*Angolense...01-07-06*

Irene Sobrinho, coordenadora do Núcleo de Micro-finanças do Banco Nacional de Angola defendeu ao longo da semana última a necessidade urgente de se criar e aprovar uma política geral do Estado para as micro-finanças. Em declarações aos jornalistas por altura de uma acção de formação sobre esta matéria, aquela especialista sénior do banco central sustentou assim que estas são «um instrumento poderoso de combate a pobreza».

Com esta via, esclareceu, a camada mais vulnerável da população tem igualmente a possibilidade de aumenrar os seus rendimentos e tornar-se patrões de si mesmos, assim como reduzir a sua vulnerabilidade aos choques externos. Pelos indicadores da estratégia de combate a pobreza de que se socorreu, em Angola, existe uma taxa de desemprego urbano na ordem dos 46 por cento. A pobreza assola a maioria da população atingindo cifras de 68 por cento, sendo que 28 por cento vive mesmo em extrema pobreza. Para mais, disse que, 6,5 milhões dos angolanos possui baixa ou nula qualidade profissional, ou seja, não têm condições objectivas para serem empregados ora por ileteracia ora por ausência de formação profissional. Diante deste cenário, comenrou, «as micro-finanças são a fonte de emprego e de rendimento das famílias pobres». Para estas pessoas, segundo salienta, o sistema financeiro actual, com destaque para os bancos comerciais não tem estado a dar a mínima chance. «São pessoas que nem sequer conseguem abrir uma conta bancária», disse.

Ainda assim, para além do Banco Sol, os participantes ao encontro puderam assim ter um contacto directo com o «Kixi Crédito», uma experiência da Development Workshop, que trabalha nisso desde 1999, apesar de estar instalada em Angola desde meados de 1981.

O seu exemplar trabalho, remata as pessoas ligadas ao metier tem sido desenvolvido com a captação de fundos vindos do exterior, com destaque para o apoio que é concedido pelo Governo Britânico.

Assim os prelectores daquela organização não governamental fizeram apelos aos investidores nacionais para

se solidarizem com a causa, sendo certo que há transparência na gestão daqueles fundos, para além de terem igualmente trabalhado com os novos empreendedores no sentido de estes terem sustentabilidade nos seus negócios. A experiência profíqua da DW gerou já novos produtos de trabalho, como sejam o Kixi Solidário, o Kixi-Negócio e o Kixi-Casa que é desenvolvido no Huambo com mais de trinta beneficiados e com uma carteira de 40 mil dólares americanos.

Em relação àquilo que são os dados essenciais do Kixi-Crédito, os participantes foram informados que houve já um desembolso acumulado na ordem dos 11 milhões de dólares, para 700 grupos de solidários, 12 mil clientes, dois dos quais são mulheres, em sete filiais com 78 funcionários. A taxa de reembolso que se tem mostrado bastante eficiente, fruto do excelente trabalho de sensibilização ronda os 98 por cento, o que equivale a uma carteira de risco de apenas 2%. Em relação àquilo que é o trabalho do grupo, é dado como certo o facto de estar a ser feito um trabalho de capacitação em boas práticas de finanças, estudos de mercado aturados e actualizados com alguma regularidade, bem como, para aquilo que o busílis da Development Workshop, a mobilização de capital por via de fundos internos.

Os serviços de micro-finanças, defendem os experts, são uma gama de serviços e de produtos do sistema financeiros como as poupanças, mlera-créditos e outros que se destinam a micro, pequenas e médias empresas assim como às famílias. De acordo com a nova Lei das Instituições Financeiras de Janeiro de 2005, estas operações são essencialmente feitas por instituições financeiras não bancárias como sejam as cooperativas. Ainda assim, no nosso país, já o Banco Sol tem-se estado a alicerçar em serviços desta índole, quer em Luanda como em algumas províncias.

Ao contrário do que vinha sendo praticado no país em tempos não muito longínquos, as micro-finanças são pouco não ser crédito subsidiado (a prática dos fundos foi muito comum há uns anos atrás), doações e panaceia de combate a pobreza, «pois elas têm de ser complementadas com um conjunto eficaz de outras medidas», sustentou a Dra. Irene Sobrinho em prelecção a jornalistas económicas. No aludido encontro com os média, houve ainda apresentação sobre a essência do Programa Empresarial Angolano, pela doutora Constância Sousa da Silva, uma dissertação sobre Incubadoras de empresas e aquilo que é a primeira experiência angolana entre o PEA/INEFOP, para além da já referida experiência exitosa da DW



## 1.2 Trabalhar pelo empreendedorismo dos mais pobres

*Angolense...01-07-06*

Actuando em Angola há mais de dois anos, o Programa Empresarial Angolano pretende direccionar as suas baterias para as populações mais carenciadas. Para tal, tem estado a procurar cultivar o espírito de empreendedorismo junto deste enorme segmento populacional. Com o foco da sua actuação a cingir-se sobre as questões de micro-finanças e dos centros de desenvolvimento empresarial, procuramos, de forma algo sumária, conhecer a actividade deste programa cuja liderança nacional está nas mãos de Constância Sousa da

Angolense (ANG): O Programa existe há já mais de dois anos, mas qual é o foco do vosso trabalho?  
Constância Sousa da Silva (CSS): O Programa Empresarial Angolano existe desde 2004. Este programa tinha quatro componentes, uma que era a criação do ambiente favorável; a outra que o da formação profissional; microfinanças e de um centro de desenvolvimento empresarial. Nós, entretanto, fizemos uma avaliação do Programa em Maio último em que se definiu que seria melhor que a nossa actuação se centrasse apenas em duas componentes que era micro-finança e do centro de desenvolvimento empresarial incubador de empresas. A micro-finança é necessária para apoiar as micro, pequenas e médias empresas porque o nosso objectivo é precisamente o de contribuir para o desenvolvimento deste tipo de empresas.

ANG: E como é que se poderá alcançar este objectivo?  
css: É provendo o apoio financeiro para que as empresas possam ser criadas garantindo-lhes uma certa sustentabilidade.

ANG: A ausência de uma política geral de micro-finanças, de alguma, dificultará o vosso trabalho?

CSS: Não está propriamente a dificultar, mas é necessário, efectivamente, a definição de uma política geral de microfinanças como a Ora. Irene, da unidade de micro-finanças do BNA explicou. A dificuldade tem a ver com o próprio sistema. A nossa população alvo é a pobre e, digamos, existe uma proporção significativa, segundo o último indicador, é de 68 por cento de pobreza. Essa população pobre, como se sabe, não tem acesso a determinados serviços, não tem conhecimentos de gestão e o nosso apoio vai no sentido de criar e apoiar estas pessoas, para que elas possam sozinhas criar o seu próprio negócio deixando de parte a ideia de empregados, para ter rendimentos para si e para a família.

ANG: Mas para trabalhar com estas comunidades terão que existir mais agentes e entidades ...

C55: Exactamente, e por isso é que o PEA ao apoiar as instituições acredita que elas poderão também ter capacidade de resolver este trabalho e ter mais abrangência.

ANG: Mas elas são insignificantes.

C55: As pessoas estavam habituadas, até bom pouco tempo, que o Estado provesse uma série de serviços, estavam habituados a ser apenas empregados, mas nós, PEA pretendemos fazer com que as pessoas tenham um espírito empreendedor e que as pessoas criem os seus próprios negócios.

ANG: E existe capital para isso?

C55: Existe um défice de capital muito grande. A Development Workshop, pelo que vimos e ouvimos neste encontro, o seu grande desafio é, neste momento, o de mobilizar capital para poder funcionar. Eles têm 12 mil clientes, mas podem se expandir porque não têm meios suficientes para garantir este serviço. Daí a razão de trabalharmos em articulação com a DW, com o Banco Sol e nós procuramos também mobilizar financiamentos externos no sentido de poder contribuir para melhorar o serviço.

ANG: E em relação aos centros de desenvolvimento, o que é que se pode dizer até aqui?

C55: Até aqui nós vimos que há centros de formação profissional, mas não prestam aqueles serviços que a população e especificamente os empresários necessitam para poder desenvolver os seus negócios. Nós esramos neste momento, dentro de duas semanas chegam dois consultores que irão fazer um levantamento dos centros que existem em Angola para lhes dar capacitação para formarem os clientes em termos de gestão para melhor desenvolver os seus negócios. A partida, este tipo de empresário não necessita daquela formação académica tradicional numa sala com ar condicionado, mas de uma formação muito concreta, dirigida e relacionada com o seu exercício profissional. É isso que nós procuramos fazer.

## 1.3 BM cancela dívida de 15 Países africanos

*Jornal de Angola...05-07-06*

O Banco Mundial (BM) anulou o total da dívida de 15 países africanos para com a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), em conformidade com a Iniciativa Multilateral para a Redução da Dívida, em vigor desde 1 de Julho, e da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), indica um comunicado do gabinete da instituição financeira publicado no fim-de-semana em Dakar.

O Benin, o Burkina Faso, os Camarões, a Etiópia, o Ghana, Madagáscar, o Mali, a Mauritània, Moçambique,

o Níger, o Uganda, o Rwanda, o Senegal, a Tanzânia e a Zâmbia vão beneficiar, numa primeira fase, de 100 por cento da anulação da sua dívida elegível, enquanto a título da Iniciativa Multilateral o montante atinge cerca de 37 biliões de dólares a fornecer pela AID a alguns dos países mais pobres do mundo sob forma de redução da dívida nos próximos 40 anos. No quadro desta iniciativa, o Senegal beneficiará de uma redução da dívida equivalente a 2,18 biliões de dólares, ou seja, o montante total da sua dívida para com a AID.

"Conseguimos garantir um nível de engajamento de financiamento da parte dos doadores que nos permite começar a instaurar a iniciativa multilateral para a redução da dívida", comenta o presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, no comunicado. Este suplemento de redução da dívida, que se segue a uma primeira diminuição da dívida a título da PPAE, permitirá ajudar os países beneficiários a dirigir os seus recursos para programas que poderão ajudar directamente as populações pobres a adquirir uma educação de qualidade, melhores serviços de saúde, mais acesso à água potável e mais oportunidades para escapar à pobreza.

O Banco Mundial sublinhou igualmente que os países PPAE ainda não beneficiários da Iniciativa Multilateral serão elegíveis para um cancelamento da sua dívida depois de cumprirem com as condições da iniciativa PPAE.

Em Julho de 2005 na cimeira do 08 em Oleneagles (Escócia) os líderes dos oito países mais industrializados engajaram-se a anular a dívida dos países pobres mais endividados do mundo, cuja maioria está em África.

#### **1.4 Taxa de inflação situa-se à volta dos 12 por cento**

*Angop...11-07-06*

O ministro das Finanças, José Pedro de Morais disse hoje, em Luanda que a taxa de inflação do país situa-se agora à volta dos 12 por cento, representado uma redução de seis por cento em relação a Dezembro de 2005

Em entrevista ao programa "Manhã Informativa" da Rádio Nacional de Angola (RNA), a propósito do plano do Executivo para a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2006, o governante notou que a perspectiva é que esta trajectória descendente continue para se atingir a meta de 10 por cento para este ano. Sobre a revisão do OGE, o ministro disse estarem a trabalhar para no futuro poderem contar com

orçamentos pluri-anuais, facto que permitirá estabelecer uma política sólida de despesas. De acordo com o ministro, a revisão orçamental não tem afectado a estabilidade macroeconómica, nem a actividade dos agentes económicos, pois continuam a basear as suas decisões a partir do índice de inflação anunciado no princípio do ano.

O Governo angolano, explicou José Pedro de Morais, assumiu o compromisso com o parlamento e a sociedade para que a execução do OGE não cause perturbações à vida dos agentes económicos.

#### **1.5 Economia angolana vai bem, mas...**

*Agora...15-07-06*

O Fundo Monetário Internacional estima para o corrente ano um crescimento económico de Angola na ordem do 15% do Produto Interno Bruto - em 2005 foi de 18% -, mas prevê para o período 2007-2010 uma taxa de crescimento de 13% em razão do aumento da produção petrolífera de 1,4 milhões para dois milhões de barris diários.

O relatório começa por ressaltar o esforço com o reassentamento de quatro milhões de deslocados e desmobilizados militares na sequência do final da guerra. em 2002, destacando a grande influência da produção petrolífera cuja extracção de 1,4 milhões de barris/dia em finais de 2005, propiciou recursos financeiros que tiveram efeitos no crescimento dos sectores da construção civil e da agricultura.

Também a inflação desceu para 18% quando o Governo previa 15% (mesmo assim menos que os 31% do final de 2004), enquanto que as reservas líquidas internacionais passaram para 4,1 biliões de dólares (o equivalente a 4,3 meses de importações não ligadas ao petróleo) e os pagamentos externos com recurso ao petróleo foram de 600 milhões de dólares. O FMI concluiu ainda que a economia angolana teve um crescimento das receitas fiscais na ordem dos 7% do PIB (cerca de 2,2 biliões de dólares), como resultado da subida das receitas petrolíferas de 5,6 biliões de dólares (2004) para dez biliões de dólares em 2005. Com este excesso de liquidez financeira, a base monetário registou um crescimento de 66% no ano passado, seguido de um aumento da venda de moeda externa pelo banco central, o BNA, fixando a taxa média de câmbio (cerca de 82 kwanzas por um dólar) 40% abaixo das previsões feitas dois anos antes. As perspectivas económicas para os próximos anos são fortemente alimentadas com a prevista subida da produção de petróleo para dois milhões de barris diários, já em 2007,

podendo em 2010 atingir-se uma cifra 90% superior à extracção verificada em finais de 2005 (1,4 milhões b/d).

Este aumento entre 2007 e 2001 será fundamental para estimar-se o crescimento anual do PIB em cerca de 13% e um melhor ambiente económico para o sector produtivo, sobretudo para o empresariado privado, ao passo que com a duplicação das receitas estão largamente asseguradas já que não se prevê uma queda dos preços do petróleo no médio prazo. Contudo o FMI admite que esta situação poderá criar pressão sobre a taxa de inflação e que a meta de 10% prevista pelo Governo para o corrente ano poderá não ser alcançada se não forem acauteladas algumas situações.

É que o excesso de liquidez derivado do crescimento da produção e das receitas petrolíferas poderá criar pressão sobre o nível dos preços no mercado interno. Isto poderá obrigar o Governo a apreciar a taxa de câmbio para ajudar a conter a inflação. Não foi por acaso que nos últimos dias o presidente do conselho de administração do banco BIC, Fernando Teles, um conhecedor profundo deste dossiê, reclamou a necessidade de o banco central introduzir notas de maior valor facial, já que a mais alta, a de dois mil kwanzas (cerca de 25 dólares) começa a não chegar para as encomendas.

Recomendações. Com as previsões para o mercado petrolífero apontando para uma alta dos preços durante longo tempo, a tendência será para um aumento dos gastos públicos, pelo que o FMI pede ponderação ao Governo no médio prazo, assim como a reorientação das suas estratégias para o combate à pobreza e o aumento dos fluxos financeiros destinados a sectores sociais vitais, tais como a educação e a saúde.

Com as receitas fiscais engordadas, dever-se-á diminuir os cerca de dois biliões de atrasados da dívida externa (no total são cerca de nove biliões de dólares), resolver-se a questão da dívida pública interna - já se fizeram pagamentos na ordem de um bilião de dólares, segundo o ministro das Finanças. José Pedro de Moraes Júnior - e aumentar-se as reservas líquidas internacionais, ficando o rácio despesas públicas/PIB à volta dos 20%, em 2010. O FMI alerta ainda para os riscos que uma limitação da capacidade de gestão administrativa do recursos excedentes poderá trazer, como o aumento dos gastos públicos. Em 2005, estima-se que a execução as despesas de capital foi de 1,5 biliões de dólares, mas este ano esta rubrica do Orçamento Geral do Estado poderá chegar a 7,9 biliões de dólares. O Governo deverá ainda reduzir os subsídios ao fornecimento de derivados de petróleo, gastando o que for poupado neste domínio com investimentos no

combate à pobreza. Na prática significa que deve aumentar urgentemente o preço da gasolina e do gasóleo, ao mesmo tempo que têm de ser revistos os cálculos dos pagamentos à Sonangol. Isto, sobretudo, porque a estimativa para 2006 é de se gastar 1,2 biliões de dólares (3% do PIB) em subsídios ao preço dos combustíveis, ou seja, mais do que o dobro do ano passado, devido à alta dos preços do crude nos mercados internacionais.

Por último, o FMI chama à atenção do Governo para a melhoria da gestão dos recursos públicos, a transparência nos seus actos e para a necessidade de se publicarem regularmente os resultados financeiros da Sonangol e as conclusões das auditorias feitas a esta e outras grandes empresas públicas. Sobre o novel Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), o Fundo incluiu nas acções de promoção de um ambiente sadio às companhias privadas e ao fomento da produção local, gerindo bem os 5% das receitas petrolíferas que terá a sua disposição.

O FMI sustenta que um ambiente de mercado aberto e competitivo entre todos os agentes e a redução de algumas taxas de importação poderá trazer melhores resultados que a criação de barreiras ao comércio com outros países. O proteccionismo promove a ineficiência e o aumento dos preços, criando sérios riscos à governação, conclui o relatório.

## **1.6 76 milhões consumidos no II semestre**

*Folha8...15-07-06*

Cerca de setenta e seis milhões, cento e sessenta e seis mil kwanzas foram empregues no Programa de Melhoria e Aumento de oferta dos Serviços Sociais Básicos às Populações da província do Bié durante o segundo trimestre do corrente ano.

Este dado foi avançado na II sessão ordinária do governo local, realizada segunda-feira última na cidade do Kuito, presidida pelo chefe do executivo provincial, José Amaro Tati. O governo provincial concorda que a província é agrícola o que torna necessário erradicar a fome, porque segundo o responsável, o programa de melhoria tem todas acções em função. "A província é bastante agrícola, e é necessário conduzirmos na perspectiva de que alguns avanços dados fundamentalmente, possam prosseguir e precisamos de forma atenta ir conduzindo, para fazermos um balanço no final do ano para cumprirmos as principais acções. Em relação a reconstrução da cidade, um esforço grande já foi feito estamos na abjudicação de várias acções que vão de forma significativa melhorar a sua



imagem", frisou.

Durante a reunião, os participantes foram informados, que o sector das obras públicas é o que mais despesas efectuou com o financiamento das acções calculado em 25 milhões 315 mil trezentos e setenta e oito kwanzas e sessenta cêntimos, seguido do sector de energia e águas e da agricultura com kzs 16 milhões trezentos e quarenta e nove mil e setecentos e trinta e sete Kz e 15 milhões oitocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e cinco Kz , respectivamente. Na comuna do Chivaulo, no município do Andulo, foram reabilitados o edifício sede da Administração, reabilitação e apetrechamento do Palácio e posto de saúde bem como a instalação do sistema eléctrico de (62 KVA), enquanto que no município do Kuito, realizou-se a conclusão e apetrechamento do lar de 3ª idade do Cangalo com um orçamento de 1 milhão de kwanzas.

O sector da agricultura beneficiou 36 mil quilogramas de semente de arroz, no valor de 5 milhões cento e sete mil e quatrocentos e quarenta e seis kwanzas e medicamentos para o uso veterinário do sector agrícola calculados em 33 mil cento e dezanove Kz. Amaro Tati, solicitou aos directores e administradores maior responsabilidade, utilizando toda inteligência e a pôr as palavras em prática para o bem da população e da sociedade em geral. "Espero que depois desta reunião haja o engajamento de todos para dar resultados frutíferos à província" ressaltou. A reunião, informou aos participantes que os municípios do. Kuito, Andulo, Chinguar, Kamacupa, Kuemba, Chitembo, Nharêa, Katabola, Kunhinga, têm acções em curso, referentes ao segundo trimestre. No município do Kuito, estará em reabilitação , a direcção provincial da Juventude e Desportos, construção de casas uni-familiares, reabilitação do muro e interior do cemitério velho, estádio municipal do Kuito, palácio comunal do Trumba, construção de uma escola de formação feminina e intervenção e manutenção das estradas terciárias e ravinas.

No município do Chitembo, está em acção a construção de uma escola de 3 salas de aula, edifício da Administração, um posto de saúde, reabilitação dos sistemas eléctricos de Cachingues e de produção e distribuição de água potável da sede, bem como, a reabilitação do palácio municipal. Nos restantes municípios, Chinguar, Kamacupa, Kuemba, Nharêa, Katabola, Kunhinga e Kuito, estão inseridas a reabilitação de algumas obras como sedes municipais, postos de saúde, sistema eléctrico. centros materno infantis, incluindo apetrechamento de escolas nalgumas comunas.

O sector dos desportos apesar de fraco o seu desenvolvimento, foi beneficiado com um valor calculado em 750 mil kwanzas, para a aquisição de bolas, camisolas e calções destinados a massificação desportiva na província. A reunião concluiu que ao longo do trimestre em análise o ritmo de execução das obras quer do ponto de vista financeiro como de execução física foi satisfatório, fundamentalmente nos municípios do Andulo, Chinguar e Kuito. Apesar do mau estado das vias de acesso que contribuiu, significativamente, no atraso da execução das obras, nas localidades de Munhango, Luando, Soma Kwanza, Mutundo, Umpulo e Nhârea e que algumas pontes serão regeneradas com a colocação de pontes de madeira.

## **1.7 Mais de Usd 3 milhões na luta contra a pobreza**

*Cruzeiro do Sul..15-07-06*

O Fundo de Apoio Social investiu três milhões 524 mil 139 dólares norte-americanos em doze anos de actividade em Benguela, revelou o director deste organismo afecto ao Governo angolano, Carlos Guardado.

O responsável fez este pronunciamento na cerimónia de apresentação de um portal de informações sobre Benguela. uma componente inscrita na terceira fase do FAS. O montante foi aplicado em 134 infraestruturas sociais, sendo a Educação, Saúde e Agua e Saneamento os sectores beneficiários. De acordo com Carlos Guardado, os investimentos são um importante subsídio para o combate à pobreza e, por conseguinte, acabam por ter um forte impacto no reforço da capacidade de intenção das comunidades.

Carlos Guardado avança que a nova metodologia de trabalho, que engloba a monitorização, vai proporcionar, agora na terceira fase do FAS, a recolha de dados de forma sistemática e quantificar os impactos dos projectos traçados. Ainda no FAS III que prevê acções dirigidas ao interior da província, pretende-se reforçar os capitais físico, humano e social. Por seu turno, o administrador municipal de Benguela, Manuel Francisco, manifestou a sua satisfação pelo lançamento de um portal que retracta a vida do município em diferentes sectores, razão pela qual agradeceu o gesto do Fundo de Apoio Social.

"Este instrumento, vai ajudar os cidadãos na busca de informações sobre o seu município", regozijou-se. Em representação do governador Dumilde Rangel, o vice para a esfera económica, afirmou que a iniciativa demonstra a dinâmica da administração municipal e do FAS em prol dos cidadãos cada, vez mais preocupados

com o futuro do município sede da província. O portal pode ser encontrado na Internet e será permanentemente actualizado por quadros da Administração, do Fórum de Desenvolvimento de Benguela, do Fundo de Apoio Social e Jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social.

## **1.8 FAS entrega jango à comunidade de Macango**

*Jornal de Angola...16-07-06*

Um Jango comunitário orçado em 29 mil e 500 dólares foi entregue nesta sexta-feira, à comunidade do Macango, situada a 15 quilómetros da cidade de Benguela, pelo Fundo de Apoio Social (FAS).

Segundo uma nota de imprensa da instituição enviada hoje à Angop, o Jango é o primeiro de um total de 16 em execução em diversas localidades desta província. A iniciativa enquadra-se na missão do FAS em contribuir para a criação de condições de desenvolvimento sustentável, alívio da pobreza e da exclusão social das comunidades locais.

"O Jango é uma infra-estrutura através da qual se pretende dinamizar a vida das comunidades, servindo de suporte para a realização de serviços como registos de nascimento, cerimónias fúnebres, aniversários, casamentos, reuniões comunitárias, jornadas de vacinação massiva de crianças, entre outros eventos sócio-culturais da comunidade", refere o documento. Com dez bancos corridos, um armário para arquivo de documentação, uma secretária, televisor, aparelhagem de som e um kit de painéis solares com acumuladores de energia. A comunidade do Macango é constituída por cerca de 85 famílias. Possui um fontanário, uma lavandaria e uma escola, todos financiados pelo FAS.

O Fundo de Apoio Social foi criado em Outubro de 1994 e está enquadrado na estratégia de combate à pobreza definida pelo governo angolano. Está implantado em Benguela desde Fevereiro de 1995.

## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 Mais um instrumento de combate a pobreza

*Angolense...01-07-06*

Irene Sobrinho, coordenadora do Núcleo de Micro-finanças do Banco Nacional de Angola defendeu ao longo da semana última a necessidade urgente de se criar e aprovar uma política geral do Estado para as micro-finanças. Em declarações aos jornalistas por altura de uma ação de formação sobre esta matéria, aquela especialista sénior do banco central sustentou assim que estas são «um instrumento poderoso de combate a pobreza».

Com esta via, esclareceu, a camada mais vulnerável da população tem igualmente a possibilidade de aumenrar os seus rendimentos e tornar-se patrões de si mesmos, assim como reduzir a sua vulnerabilidade aos choques externos. Pelos indicadores da estratégia de combate a pobreza de que se socorreu, em Angola, existe uma taxa de desemprego urbano na ordem dos 46 por cento. A pobreza assola a maioria da população atingindo cifras de 68 por cento, sendo que 28 por cento vive mesmo em extrema pobreza. Para mais, disse que, 6,5 milhões dos angolanos possui baixa ou nula qualidade profissional, ou seja, não têm condições objectivas para serem empregados ora por ileteracia ora por ausência de formação profissional. Diante deste cenário, comenrou, «as micro-finanças são a fonte de emprego e de rendimento das famílias pobres». Para estas pessoas, segundo salienta, o sistema financeiro actual, com destaque para os bancos comerciais não tem estado a dar a mínima chance. «São pessoas que nem sequer conseguem abrir uma conta bancária», disse.

Ainda assim, para além do Banco Sol, os participantes ao encontro puderam assim ter um contacto directo com o «Kixi Crédito», uma experiência da Development Workshop, que trabalha nisso desde 1999, apesar de estar instalada em Angola desde meados de 1981.

O seu exemplar trabalho, remata as pessoas ligadas ao metier tem sido desenvolvido com a captação de fundos vindos do exterior, com destaque para o apoio que é concedido pelo Governo Britânico.

Assim os preletores daquela organização não governamental fizeram apelos aos investidores nacionais para

se solidarizem com a causa, sendo certo que há transparência na gestão daqueles fundos, para além de terem igualmente trabalhado com os novos empreendedores no sentido de estes terem sustentabilidade nos seus negócios. A experiência profíqua da DW gerou já novos produtos de trabalho, como sejam o Kixi Solidário, o Kixi-Negócio e o Kixi-Casa que é desenvolvido no Huambo com mais de trinta beneficiados e com uma carteira de 40 mil dólares americanos.

Em relação àquilo que são os dados essenciais do Kixi-Crédito, os participantes foram informados que houve já um desembolso acumulado na ordem dos 11 milhões de dólares, para 700 grupos de solidários, 12 mil clientes, dois dos quais são mulheres, em sete filiais com 78 funcionários. A taxa de reembolso que se tem mostrado bastante eficiente, fruto do excelente trabalho de sensibilização ronda os 98 por cento, o que equivale a uma carteira de risco de apenas 2%. Em relação àquilo que é o trabalho do grupo, é dado como certo o facto de estar a ser feito um trabalho de capacitação em boas práticas de finanças, estudos de mercado aturados e actualizados com alguma regularidade, bem como, para aquilo que o busílis da Development Workshop, a mobilização de capital por via de fundos internos.

Os serviços de micro-finanças, defendem os experts, são uma gama de serviços e de produtos do sistema financeiros como as poupanças, mltura-créditos e outros que se destinam a micro, pequenas e médias empresas assim como às famílias. De acordo com a nova Lei das Instituições Financeiras de Janeiro de 2005, estas operações são essencialmente feitas por instituições financeiras não bancárias como sejam as cooperativas. Ainda assim, no nosso país, já o Banco Sol tem-se estado a alicerçar em serviços desta índole, quer em Luanda como em algumas províncias.

Ao contrário do que vinha sendo praticado no país em tempos não muito longínquos, as micro-finanças são pouco não ser crédito subsidiado (a prática dos fundos foi muito comum há uns anos atrás), doações e panaceia de combate a pobreza, «pois elas têm de ser complementadas com um conjunto eficaz de outras medidas», sustentou a Dra. Irene Sobrinho em prelecção a jornalistas económicas. No aludido encontro com os média, houve ainda apresentação sobre a essência do Programa Empresarial Angolano, pela doutora Constância Sousa da Silva, uma dissertação sobre Incubadoras de empresas e aquilo que é a primeira experiência angolana entre o PEA/INEFOP, para além da já referida experiência exitosa da DW

## **2.2 De quem é o trabalho de fiscalização?**

*Agora...08-07-06*

Apesar de a Polícia Económica voltar a realizar, nos últimos dias, a operação "Caça Farmácias", os profissionais de saúde não estão satisfeitos com o trabalho desempenhado pelos agentes. Os farmacêuticos defendem a necessidade de se esclarecer o papel desta instituição e dos inspectores de saúde, para se evitar que as pessoas não formadas trabalhem numa área que não dominam. "O trabalho que a Polícia Económica está a fazer, por norma, deve ser feito pelos inspectores provinciais de saúde, porque estes são formados com técnicas próprias que lhes permite detectar o medicamento expirado. Os agentes limitam-se apenas a ver se os documentos estão completos e isso não basta", disse Valter Bernardo.

Os proprietários das farmácias que foram fechadas alegam que a policia devia primeiro acabar com os "farmacêuticos ambulantes" e os comerciantes dos mercados paralelo por serem estes mais perigosos e continuarem a solta. "Não há lógica para a Polícia Económica fechar as farmácias, enquanto que nos mercados paralelos e os 'farmacêuticos ambulantes' continuam a comercializar os medicamentos de forma desordenada", disse Simão Teca. Acrescentou que "no mercado dos Kwanzas os produtos chegam mesmo a ser alterado, o que constitui um perigo". O Decreto 36/92 que aprova o exercício da actividade farmacêutica carece de melhor adequação e regulamentação. Para os profissionais do ramo, o país precisa de um documento que regula a propaganda médica, a produção, comercialização, distribuição e exportação de fármacos tradicionais e que zela pela qualidade dos medicamentos importados e fabricados no país. O actual Decreto 57/2003, em vigor no país, diz que a Inspeção deve aplicar multas às farmácias e aos depósitos de medicamentos que exercem a actividade ilegalmente, com valores superiores aos estipulados até 1987, ao abrigo da Lei. Até aquele ano a multa variava entre dez mil kwanzas e 50 mil.

O documento estipula agora entre 152 mil kwanzas, no máximo, e 31.350 kwanzas, no mínimo, as multas que podem sofrer aumentos todos os anos, de acordo com o reajuste da economia do país. Quem exercer a actividade sem autorização incorrerá a numa multa avaliada em 86.260 kwanzas, enquanto que aqueles que fometem medicamentos sem receita médica podem pagar coimas de 17.290 kwanzas acrescidas de 10% para o orçamento da respectiva província. O AGORA deslocou-se à Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamentos do Ministério da Saúde para obter mais informações sobre o assunto, mas um dos responsáveis

dessa instituição, que responde pelo nome de Moisés, que nos foi indicado como o quadro que acompanha a venda de fármacos na periferia, recusou-se a prestar qualquer informação sem antes escrevermos um documento pedindo autorização ao director-geral daquele organismo do Estado.

## **2.3 ONG quer 1 milhão para projecto habitacional**

*Jornal de Angola... 11-07-06*

A organização não-governamental Development Workshop (DW) quer o apoio financeiro do Governo angolano, para a obtenção de um milhão de dólares, com vista ao incremento do acesso ao crédito habitação, denominado "KixiCasa", a mais pessoas desfavorecidas, no âmbito do programa Luta Contra a Pobreza Urbana, "LUPP".

Segundo a coordenadora do Departamento de Finanças do Programa de Micro-Finanças do KixiCasa, Lucie Manirambona, citado pela Angop, a organização envidará esforços junto do executivo do país para beneficiar de empréstimos de um dos fundos públicos, criado pelo Governo.

A responsável espera que o Governo inclua a DW num desses fundos, como o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES), extinto este ano pelo Governo, para ser criado o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), uma instituição pública, para beneficiar de um financiamento de um milhão de dólares, com uma taxa de juros de um por cento. O KixiCasa da DW, um dos parceiros do LUPP, apesar de ainda estar em fase experimental, tem já 11 clientes. Depois da sua conclusão, o projecto consistirá na concessão de empréstimos para a melhoria, reabilitação e construção de casas.

## **2.4 Na pendura do Kupapata Evaristo**

*Capital...15-07-06*

Quando passam até poeira levantam. Os kupapata produzem o efeito de uma tempestade de areia ao passearem-se pelas ruas de terra batida da cidade do Huambo, deixando atónitos os populares já imunes de tão expostos à nuvem de poeira que os motociclistas deixam pelo caminho. «Já estamos habituados a engolir poeira», disse Susana, 24 anos, montada no reboque de uma Yamaha pintada de azul e, é claro, com pressa ser transportada para o seu destino.

No Huambo, planalto central angolano, os kupapatas rivalizam com as marcas da guerra ali travada na hora

da escolha do melhor cartão de visitas para a província. Se é verdade que nenhum edifício da cidade escapou à fúria das balas de combates ferozes, não pode ser mentira a inexistência de uma única esquina sem um grupo de pelo menos três kupapatas. E quem são esses afinal? Eles representam, no Huambo, o papel dos candongueiros de Luanda. São motociclistas dedicados ao serviço de táxi, transportando carga e passageiros em motorizadas sem preparação para tal.

Fazem-no com a mesma mestria de um acrobata treinado anos a fio e com um detalhe pitoresco: nenhum deles usa capacete de protecção.

«Não dá para usar capacete», comentou, por sua vez, Evaristo, um kupapata de 26 anos de idade. E a pergunta foi óbvia: porquê? «Posso correr o risco de não ouvir o chamado de um cliente», Em toda a província, são poucos os populares que se podem dar ao luxo de dispensar os serviços dos kupapatas. Motorizadas compradas no mercado local ou trazidas de Luanda constituem, hoje, o principal meio de transportação para aquela gente tal como mostram, sobretudo, números disponibilizados pela direcção de viação e trânsito. Este organismo estima que todo o Huambo tem pelo menos 3000 motorizadas em circulação. Só uma minúscula parte delas é utilizada para transporte pessoal. A grande maioria serve de táxis e de alternativa ao inexistente sistema de transportes públicos, naquela província com 2 milhões de habitantes. Os kupapatas, todavia, não constituem apenas uma alternativa ao transporte público.

Ao emprego também. Os homens que se dedicam a esta actividade viram-se largados no desemprego por uma ou outra circunstância regra geral decorrente da guerra que destruiu completamente a província. Antes dela (da guerra), a função pública era (e ainda é) o maior empregador, sustentando mais de 200 mil pessoas. Hoje, a administração do Estado no Huambo consegue empregar apenas 19 mil chefes de família. O resto, sobrevive da pequena agricultura ou do sub-emprego no sector informal que, como em todo o país, está em grande expansão. Daí que se pode encontrar todo o tipo de gente transformada em kupapata: antigos militares, estudantes e funcionários públicos. Evaristo, de 26 anos, teve de largar a escola quando concluiu a 10.ª classe de um curso pré-universitário. Viu-se com dificuldades para suprir, sustentar a esposa e dois filhos. Aceitou, sem pestanejar, o desafio de percorrer as ruas da cidade do Huambo montado numa motorizada com carga e passageiro a reboque.

A moto, é claro, não é dele. Um amigo trouxe-a de Luanda e confiou-lhe os cuidados a troco de quatro mil

kwanzas por semana. «É isso que tenho de pagar ao meu patrão», disse o jovem, enquanto recebia, de um cliente, os 100 kwanzas que normalmente se cobra no Huambo por uma viagem de kupapata.

«Quase que não chega nada para nós, o pouco que ganhamos ajuda apenas a sustentar a família», contou. Um kupapata cumpre, em média, oito horas de trabalho o que equivale a um ganho diário de até 750 kwanzas, de onde sai o jantar para a casa, o dinheiro do combustível e a grande prioridade: a parte do patrão.

«O bom mesmo é ter motorizada própria», considerou. Daniel, de 34 anos, concorda. Revela que o ritmo de progressão da sua vida acelerou desde que largou a venda ambulante para se tornar kupapata. Foi só apertar o cinto, juntar algumas poupanças e acumular 800 dólares necessários para comprar uma «boa motorizada». Agora, ele é o seu próprio patrão. Em cinco meses, segundo as suas contas, pode comprar uma outra moto e empregar um amigo. «Já estou a pensar em criar um serviço, quero ter muitas motorizadas a trabalhar para mim».

Isso se as estradas não lhe pregarem uma boa armadilha. Ao longo da guerra, as estradas do Huambo foram invadidas por todo o tipo de viaturas e até por tanques que, com a ajuda de minas e obuses que explodiam no solo, deixaram-nas num estado lastimável. O alcatrão quase que desapareceu dando lugar a pequenos buracos que dificultam a circulação das motorizadas, provocando avarias constantes. Nestes casos, o mercado de São Pedro é a saída: uma espécie de Roque Santeiro do Huambo, onde se pode encontrar de tudo um pouco dispensando uma deslocação para a capital do país em busca de acessórios. José, antigo cambista de rua, acelera a sua motorizada enquanto tenta proteger os olhos da poeira que se levanta do areal do mercado do Benfica. Queixa-se que já teve de ir várias vezes ao médico por problemas respiratórios e de visão decorrentes do banho de poeira que toma todos os dias. Tem, pois, razões suficientes para reagir com alegria ao início das obras de reparação das estradas da província. Uma boa nova, sobretudo para quem, como ele, aceita viajar por longas distâncias levando passageiros para fora da província. Mas nem por isso fica completamente feliz.

A Polícia, indica, é um outro problema. É fácil compreender o porquê: os kupapatas são quase todos desencartados, não licenciados e são, até, acusados de estarem na origem da maioria dos acidentes que enchem as folhas de ocorrência da Polícia local. Mas eles defendem-se, culpam a excessiva burocracia que, por sua, vez propicia o crescimento da corrupção. «Eu

ando ilegal, para não me prenderem dou gasosa ao Polícia», reyelou Adelino Pinheiro, de 22 anos .

A vida continua, como diz Adelino. Mas a cada gasosa que dá ao agente de trânsito, lá vai Evaristo adiando o sonho de comprar uma motorizada e virar patrão.

## **2.5 Quixicredito vai conceder USD9 milhões**

*Jornal de Angola...18-07-06*

OKixicredito, programa de mic.ro-finanças da Organização não Governamental Development Workshop (DW) , prevê atingir, até 2007, uma carteira de crédito na ordem dos 9 milhões, de dólares, para a sustentabilidade do projecto.

Actualmente, carteira de crédito esta avaliada em 2 milhão de dolares segundo revelou o director de operações da DW- Kixicredito, Lauriano Tchoia, margem de um encontro com os líderes da associação de Comitês de Água da comuna do HoJi-ya-Henda, município do Cazenga.

O projecto, uma iniciativa que possui já sete anos de existência, conta agora com 12 mil clientes activos e prevê até 2007 congregar 15 mil clientes activos. Quanto ao pagamento dos valores disponibilizados, disse; a Metodologia da instituição permite a que os reembolsos não tenham riscos, facto que permite ao Kixicredito ter uma taxa de reembolso de 98 por cento e uma carteira em risco de tres por cento. O programa Kixicredito trabalha com as comunidades periurbanas, da cidade de Luanda, onde faz pequenos pequenos empréstimos a pessoas que desenvolvem micro-negocios.

A Experiência piloto começou em 1999, no mercado Roqu Santeio, município do Sambizanga, agora estão em quase todos os bairros de Luanda. O valor mínimo que têm disponibilizado é de 50 dólares e o maximo é mil dólares americanos. Além do Kixicredito, a DW possui também outra gama de produtos, como Kixinegocio e o Kixicasa. para clienles que tenham já conseguido gerir mil dólares em créditos. Caso os clientes mostrem competências de gerir os mil dólares estes à partida estão habilitados ,a receher um financiamento que vai de dois a seis mil dolares americanos.

Quanto ao KIXIcasa, estão a fazer uma experiência piloto no Huambo onde estão a disponibilizar 2 mil dolares para pessoas sobretudo - ,aqueles cidadãosque viram,as suas hahitações destruídas pela guerra.

Além do Kixicredito a DW possui o projecto virado ao saneamen to básico e distribuição de agua às populações. enquadrado no programa de Luta Contra a

Pobreza Urbana (LUPP) da cidade de Luanda, cuja implementação começou em 1999.

## **2.6 Quintalão do Rocha Pinto pode causar alvoroço**

*Independente...22-07-06*

Vendedores, funcionários e proprietário do espaço recusam-se a abandonar o local sem garantias de um outro espaço condigno.

Há cerca de dois meses, despoletou mais um conflito, opondo directamente o Governo da Província de Luanda (GPL) e um cidadão nacional devido a um espaço de terra localizado no bairro Rocha Pinto, município da Maianga, denominado Quintalão. No chamado Quintalão do Rocha Pinto, cujo proprietário é Makonda Mbuta Daniel, 65 anos, comercializa-se de tudo um pouco desde vestuários, produtos alimentares, animais, hortofrutícolas e outros, fundamentalmente provenientes das províncias de Benguela, Bié e Huambo. Por isso, ganhou o nome de mercado, a semelhança de outros como o do São Paulo, Congolese, que se encontram em reabilitação, para além do mercado dos Cajueiros e Asa Branca, ao município do Cazenga, que aguardam pela sua inauguração findas que estão as obras. Makonda Mbuta adquiriu o espaço em 1998 das mãos de uma cidadã de nacionalidade portuguesa, conforme atesta a documentação em nossa posse. Apenas cinco anos depois foi construído o agora Quintalão MMD (as abreviações são as iniciais do proprietário do recinto). O GPL pretende desalojar os actuais inquilinos no quadro da requalificação urbana em curso na cidade. Mas fontes bem informadas revelaram a este jornal que interesses particulares, e não aqueles que foram avançados por alguns membros do GPL, estejam por detrás desta empreitada. Estas informações refutam, assim, as alegações do GPL de que o recinto será aproveitado para a construção de uma escola ou ainda um hospital.

As fontes que vimos citando avançam que algumas pessoas ligadas ao poder estejam interessados em adquirir o Quintalão para fins particulares. Segundo o gerente do Quintalão do Rocha Pinto, Sozinho Pedro Luvambo, o interesse pelo estabelecimento começou no mês de Maio quando foram convocados pela Direcção Provincial de Mercados e Feiras do GPL, onde foram informados que, no prazo de oito dias, deveriam abandonar a área por ordens do governador Job Capapinha.

"Mas se um das alegações que nos foi apresentada é o facto de este espaço provocar engarrafamento de viaturas como é que nos tiram e põem outros vendedores.



Nós somos animais?", questionou-se Pedra Luvambo na quarta-feira, 19, completamente indignado.

“Há gato escondido”

Todos estes factos conjugados fazem crer que algumas pessoas ainda não identificadas pretendam abocanhar-se do Quintalão do Rocha Pinto. Mais tarde, segundo nota, uma parcela de terra foi-lhes concedido na comuna dos Ramiros, nas proximidades de Kenguela Norte, ao município da Samba, sem, no entanto, o mínimo de condições.

"Então querem tirar-nos desta área que é privada para nos darem um terreno onde existe apenas capim. Isto não pode ser assim. Há que haver diálogo entre as partes envolvidas", disse. A conversa, no seu dizer, passaria, necessariamente, por uma indemnização pelos eventuais danos que o aludido processo causaria ou ainda pela obrigação do GPL construir um outro mercado com as mesmas características para os seus clientes e não um terreno descampado.

A maioria dos vendedores mostraram-se disponíveis a sair caso lhes seja concedido um outro local idêntico, nem que for na região de Kenguela Norte. "No Katintom não vamos disse Francisca Pebu, vendedora de tomates. Um outro comerciante de animais notou que uma retirada para outra região, sem condições, seria repetir a aventura dos antigos moradores das barrocas da Boavista, que permaneceram em tendas mais de dois anos.

De resto, citando ainda as declarações do gerente do Quintalão em referência, a ideia de sair não está posta de parte, mas apenas com a garantia de um novo espaço adequando. De recordar que, neste mercado, existem mais de 70 trabalhadores, seis mil vendedores e mais de 500 roboteiros.

# 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 3.1 Cabinda terá estatuto especial

*Capital...08-07-06*

Num clima de crispação dentro do Fórum Cabindês para o Diálogo, Bento Bembe iniciou conversações directas com o executivo angolano para a negociação de um acordo político-administrativo e militar para a pacificação definitiva do enclave e resolução dos problemas sociais da população do enclave. O Fórum Cabindês para o Diálogo apresentou uma contra-proposta às garantias económicas apresentadas pelo Governo angolano durante a primeira ronda negocial iniciada esta quinta-feira, em Brazzaville, República do Congo, que obrigou a uma sessão de consultas para poderem chegar a um entendimento que consubstancie a assinatura do acordo de paz definitivo entre as duas partes.

Este parece ter sido o único ponto em que houve este pequeno «desentendimento», porquanto em relação à cessação definitiva das hostilidades e reconciliação nacional por via da atribuição de um estatuto especial à província de Cabinda parece ser ponto assente. O chefe da delegação do Governo angolano às negociações, o ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, começou por dizer que o estatuto especial para a província deve estar assente no princípio de partilha de decisões entre o Governo central e a entidade que governará o território do enclave. Algumas sensibilidades da província de Cabinda defendem o princípio da concessão de um estatuto especial como um primeiro passo para a resolução dos problemas de Cabinda, embora outras, mais radicais, defendam, terminantemente, a independência para o enclave. Para consumir um plano de reconciliação exitoso, o executivo fala na integração dos militares e quadros civis nos diversos escalões do governo central e provincial, nas forças armadas, no sistema empresarial, da polícia e outros órgãos achados importantes, faz ainda parte do item a aprovação de uma lei para amnistiar os guerrilheiros da FLEC.

Presente em Brazaville com uma delegação de 30 pessoas, o presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo, Bento Bembe disse que a presença da sua delegação naquele encontro representava o engajamento e o compromisso de construir a paz e bem estar para a população de Cabinda.

Apesar disso, crescem as contestações à sua postura a

frente destas negociações e o esvaziamento da essência do fórum que passou a ser integrado maioritariamente por membros da FLEC-Renovada, na sequência de um alargamento unilateral, sem o conhecimento de outras entidades integrantes do fórum, facto que esteve, entre outras, na decisão da sua destituição. Em resposta, Bembe lembrou que é importante «aproveitar a oportunidade que se apresenta para negociar» e pessoalmente afirmou não querer uma vez mais cair no «erro do passado que devido a acusações idênticas nunca se deu passos seguros para dialogar». Deplorou ainda o facto dos seus detractores não apresentarem alternativas nem estratégias a seguir para terminar definitivamente a guerra e tirar o povo da extrema condição em que se encontra. Bento Bembe privilegia, na sua filosofia, o fim das hostilidades e o diálogo como condições que favoreçam o fim do sofrimento da população local de quem espera serenidade na apreciação dos resultados a sair desta ronda negocial. Estribando-se no princípio da unicidade do Estado angolano, jamais o Governo aceitaria, nestas negociações, a pretensão dos mais radicais que defendem a independência do território de Cabinda do resto de Angola.

Será de resto um acordo à semelhança do que foi assinado no Lwena entre as FAA e as FALA, residindo no local da negociação e assinatura do mesmo a grande diferença entre um e outro, ressaltando, é claro, a questão do estatuto especial. O Governo que faz uma vez mais ouvidos moucos aos protestos contra a sua estratégia negocia I coloca numa situação melindrosa todos quantos venham a se opôr ao acordo e eventualmente incitarem o retorno à guerra, porquanto estarão a deixar cair a máscara de pacificadores e lutadores pelos interesses da população de Cabinda que muito sofre com esta guerra.

## 3.2 Administrações municipais

*Jornal de Angola...15-07-06*

As administrações municipais, órgãos de regência da governação dos municípios, têm um papel fundamental na resolução dos problemas administrativos. Os seus funcionários têm sido muitas vezes criticados. Mas há também quem diga que desempenham bem o seu papel. O Jornal de Angola ouviu alguns cidadãos. Questão: que avaliação faz do trabalho desenvolvido pelas administrações municipais?

Salvador Manuel, funcionário público

A avaliação que faço do trabalho das administrações é positiva. Sei que há maus funcionários, mas nem todos têm a mesma maneira de agir.

-Adelino Lemos, funcionário público

O funcionamento das administrações, no meu ponto de vista, não tem sido o melhor. Há bairros com as estradas em mau estado, sem energia há mais de dez anos e ... , no entanto, os administradores limitam-se a vender terrenos.

Magalhães Zua, funcionário público

Já houve tempos em que as coisas funcionavam mal. Mas, presentemente, muita coisa está a melhorar, apesar das dificuldades que muitos funcionários encontram para a realização do seu trabalho.

Adriano Amaral, artesão

Considero bom o trabalho em algumas administrações, mas mau noutras. Por exemplo, tratar um documento na administração do meu município é extremamente difícil. Os funcionários levam muito tempo para atender às solicitações. É lamentável.

Isalino Saculo, funcionário público

Acho que em relação há alguns anos, os serviços das administrações municipais melhorou, mas muita coisa há ainda por se fazer para que tenhamos as administrações a funcionar em pleno. Acho que é preciso descentralizar", alguns sistemas" burocráticos.

Timóteo Monteito, funcionário público

Eu penso que é preciso descentralizar algumas administrações, sobretudo no que concerne ao tratamento e recebimento de alguns documentos, como o atestado de residência e agregado familiar, por exemplo.

Almeida Júnior, funcionário público

O trabalho das administrações melhorou muito nos últimos anos. Hoje já é mais fácil tratar documentos nas administrações. Portanto, a avaliação que faço é positiva.

Carlas Chivinda, funcionário público

A minha avaliação é positiva. Mas acho que se deve desburocratizar os serviços. Por exemplo, no que diz respeito à assinatura de documentos. Não é aceitável que só uma pessoa tenha a prerrogativa de os assinar. Isso é inconcebível.

### **3.3 MAT promove curso de planeamento e gestão**

*Jornal de Angola...20-07-06*

Vinte e nove formandos, provenientes das 18 províncias do país, concluíram ontem, em Luanda, o primeiro curso de Planeamento e Gestão do Desenvolvimento Local, promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT), em parceria com o Fundo de Apoio Social (FAS).

O curso, que teve a duração de um ano foi ministrado por especialistas brasileiros adstritos à Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nesta acção formativa foram ministradas matérias relacionadas com o desenvolvimento urbano, económico, social, gestão da organização pública, dos recursos humanos, finanças, tributações e contabilidade, estatística, matemática financeira, análise, elaboração e avaliação de projectos, controlo social, ética e transparência, políticas sociais, metodologia e pesquisa científica.

Em declarações à Angop, no final da cerimónia e de entrega dos certificados, o vice-Ministro do Planeamento, Carlos Lopes, disse que o país acaba de ganhar 29 quadros que poderão contribuir, de forma significativa, para processo de planificação a nível local, tendo enaltecido a atitude do MAT ao programar mais esta acção formativa. As matérias ministradas "esse curso constituem preocupação do Governo, a actual fase de reconstrução do país, pois o planeamento deve assentar em estruturas sólidas, que vão desde à base até ao topo", disse Carlos Lopes, que valorizou o teor temático e a metodologia utilizada pelos instrutores brasileiros.

Segundo o director do Instituto de Formação da Administração Local, Furtado Azevedo, esta é a primeira acção formativa do género organizado pela sua instituição, ao longo dos seus quatro anos de existência.

### **3.4 Governo e parceiros satisfeitos com implementação de programas sociais**

*Angop...22-07-06*

O Conselho Nacional de Concertação Social manifestou, nesta sexta-feira, o seu reconhecimento aos esforços do Governo na implementação do Programa de Investimentos Públicos (PIP/2005) e pela dinâmica do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Básicos às Populações.

O reconhecimento está expresso no comunicado distribuído à imprensa, no final da primeira sessão do ano deste órgão de consulta do Governo aos seus principais parceiros sociais, que decorreu sob a orientação do primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos. Deste modo, dos 1.663 projectos inscritos no PIP/2005, 102 foram realizados na totalidade, 244 outros conheceram um grau de realização entre os 50 e 99 por cento, enquanto 509 outros tiveram um grau de realização que se situou entre um e 49 por cento. Os restantes 808 projectos conheceram um grau de realização correspondente a 48 por cento do programado. Quanto à implementação do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Básicos às Populações, a reunião congratulou-se pelo facto de os governos provinciais terem concluído, de 2005 até ao primeiro trimestre do ano em curso, um total de 1.035 acções, das 2.180 programadas.

Isto, segundo o comunicado, "contribuiu significativamente para o fomento da actividade produtiva, valorização dos recursos humanos, melhoria do desempenho da administração local e aumento do bem estar da população". No domínio da execução orçamental, o Conselho tomou conhecimento das disponibilidades e receitas arrecadadas, bem como das despesas efectuadas durante o primeiro trimestre do ano em curso. Também foi informado do aumento das receitas fiscais, na ordem dos 30,77 por cento, acima do programado, "devido à contínua subida do preço do petróleo e à previsão conservadora da receita".

Relativamente aos projectos financiados pela linha de crédito do Eximbank da China, o Conselho considerou satisfatório o seu nível de implementação e reconheceu a sua importância para o desenvolvimento sócio-económico de Angola, tendo reiterado o princípio da participação de empresas nacionais nestas empreitadas. O Conselho Nacional de Concertação Social procedeu também à apreciação da evolução do salário mínimo nacional, tendo tomado conhecimento do seu nível de cobertura, bem como das dificuldades e limitações ainda existentes nesta matéria.

Neste sentido, recomendou o prosseguimento, no âmbito do Grupo Técnico Permanente, de estudos e propostas para a melhoria do salário mínimo nacional, com base no crescimento sócio-económico e na produtividade. Estimativas não oficiais situam, actualmente, em Kz 6.435.00 (cerca de USD 80.00) o valor do salário mínimo nacional, após o último incremento de 10 por cento sobre o salário de base, efectuado pelo Governo, no mês de Maio. Governo e parceiros sociais comprometem-se, por último, em trabalhar, de modo concertado, por forma a alcançar-se os indicadores previstos no Programa Geral do Governo para o biénio 2005/06 e no Orçamento Geral do Estado do corrente ano, a ser revisto em breve, "com o objectivo de satisfazer, cada vez mais, as necessidades sociais básicas da população e contribuir para o desenvolvimento harmonioso do país".

Por outro lado, manifestaram-se regozijados pelos resultados obtidos nas negociações entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, para que a província de Cabinda alcançasse também a paz tão almejada. Participaram no encontro, do lado do Governo, os titulares das pastas da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Planeamento e da Saúde, bem como os vices das Finanças, Obras Públicas e da Educação.

Do outro lado estiveram responsáveis da Câmara de Comércio e Indústria, da Associação dos Industriais de Angola (AIA), União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA), UNTA-Confederação Sindical, CG-SILA e convidados de associações sócio-profissionais..

### **3.5 Recenseamento geral da população poderá ocorrer em 2010**

*Angop...25-07-06*

O primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, aventou hoje, no Parlamento, a possibilidade do próximo recenseamento geral da população e habitação vir a ocorrer em 2010, com custos estimados em USD 70 milhões.

O primeiro-ministro fez esta revelação durante uma sessão plenária extraordinária da Assembleia Nacional, dedicada a perguntas ao Governo. Fernando da Piedade, que respondia à perguntas sobre o número de nacionais e estrangeiros recenseados no país, enquadrou a sua estimativa no âmbito da directiva denominada "ronda censitária 2010", que orienta que "todos os países do mundo devem preparar e realizar os respectivos censos da população e habitação no

período 2005/14". A este respeito, fez saber que até hoje, Angola apenas conheceu quatro censos da sua população, realizados no período compreendido entre 1940 e 1970, com um espaçamento de dez anos, um do outro, conforme recomendação internacional.

Os dados então recolhidos indicam uma população de 3.738.010 habitantes, em 1940, 4.145.266 em 1950, 4.840.719 em 1960 e 5.620.001 em 1970. Na década de 80, foi tentado o primeiro e único recenseamento geral da população da era pós-independência. Devido à guerra, o processo apenas teve uma cobertura de aproximadamente 50 por cento da população esperada, segundo as estimativas então feitas, que não fornecem, entretanto, o número correspondente a esta percentagem.

Para o primeiro-ministro, para a realização, com êxito, do próximo recenseamento da população e habitação no país, é necessário ter em conta várias condições prévias, com destaque para as seguintes: Actualização cartográfica do território nacional, extensão da administração local do Estado em todo o território, estabilização dos fluxos migratórios, levantamento e localização geográfica das áreas minadas e desminagem das vias de acesso às localidades povoadas.

As restantes condições são o melhoramento e reabilitação das principais estradas e pontes do país, melhoria dos meios de comunicação no interior do país e instalação dos principais serviços provinciais de estatística.

Para a preparação do próximo censo no país, segundo Fernando da Piedade, o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem vindo a realizar, no quadro do Plano Estatístico Nacional de Médio Prazo, algumas actividades preparatórias, como: Projecto de Programa Global do próximo recenseamento geral da população e habitação e o respectivo cronograma, que o Conselho Nacional de Estatística submeterá, em breve, à apreciação do Governo. O projecto de orçamento previsional também está incluído, bem como vários projectos de lei e outros normativos.

# 4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

## 4.1 Partido Extra-parlamentar forma fiscais eleitorais

*Jornal de Angola...07-07-06*

O Congresso Nacional Eleitoral (CNA), partido extra-parlamentar, vai formar, a partir da próxima quarta-feira, quatrocentos formadores de fiscais eleitorais, tendo em conta as próximas eleições gerais a terem lugar no país.

O secretário-geral do CNA, Domingos Henriques, que avançou o facto ao Jornal de Angola, disse que o seu partido vai formar só em Luanda 70 formadores de fiscais eleitorais, numa acção a ser levada pelo seu Secretariado Executivo. Domingos Henriques informou ainda que o seu partido realiza na próxima semana uma campanha de sensibilização para a participação activa da sociedade civil nas próximas eleições.

“A população deve participar activamente nas eleições, porque a guerra já faz parte do passado”, disse o secretário-geral do CNA, indicando que não há motivos para se ter receios de acontecimentos idênticos aos de 1992, altura da realização das primeiras eleições no país. Domingos Henriques, que felicitou a campanha dos Palancas Negras no Mundial de 2006, apontou as Segundas Jornadas Técnicas do CNA, a ter lugar em Setembro, na Lunda-Sul, como o marco que deverá definir o futuro do partido nos próximos anos.

Uma delegação do Secretariado Executivo daquele partido deslocou-se na semana passada às províncias de Cabinda, Zaire, Malanje, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Moxico Bié e Kuando Kubango, para constatar o nível do crescimento e organização das estruturas do partido naquelas localidades.

## 4.2 Workshop aborda direitos humanos em Ndalatando

*Jornal de Angola... 07-07-06*

Temas como a “introdução ao quadro internacional para a defesa dos direitos humanos”, “processo nacional de elaboração de relatórios de direitos humanos”, “introdução aos direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos”, estão a ser abordados desde quarta-feira em Ndalatando, província do Kwanza-Norte, pelos participantes do

“workshop” sobre “elaboração do relatório sobre os direitos humanos em Angola”.

O referido seminário, que de princípio termina hoje, é uma iniciativa da Procuradoria Geral da República e da comissão inter-sectorial para os direitos humanos no país. Segundo o governador provincial em exercício, Manuel de Abreu Pereira da Silva, é importante aprofundar os conhecimentos em matéria de direitos humanos, por constituírem os alicerces onde assenta a construção das sociedades modernas e democráticas. Para o governante, que falava na sessão de abertura do referido “workshop”, “combater todas as formas de violação dos direitos do homem é uma prioridade do Governo, estando em curso várias acções com resultados animadores”. Exemplificando, o governador provincial em exercício do Kwanza-Norte falou sobre a redução de casos de prisão preventiva, condenações sem culpa formada e o aumento do acesso aos serviços básicos de saúde e educação, sobretudo nas zonas rurais.

Participam do “workshop” a representante da Procuradoria Geral da República e da comissão inter-sectorial para a elaboração do relatório sobre os direitos humanos em Angola, Maria Teresa Manuela, magistrados do Ministério Público, membros do governo local, entidades religiosas, representantes de partidos políticos e convidados..

## 4.3 Consórcio Técnico prepara material para o registo eleitoral

*Jornal de Angola... 11-07-06*

O director nacional de Eleições do Ministério da Administração do Território, Paulo Soma, assegurou ontem, em Luanda, que, independentemente de ainda não estar definido o período do registo eleitoral, o Consórcio Técnico contratado pelo Governo para o efeito continua a preparar o material necessário para esse processo.

Paulo Soma, que falava no termo de um encontro para apresentação da solução tecnológica para o registo eleitoral a representantes de ONG, igrejas e associações cívicas, afirmou ainda que todas as condições estão a ser acauteladas tanto pelo Governo como pelo Consórcio, constituído por cinco empresas nacionais. A indicação da data do registo eleitoral é da competência do Governo. Recenseamento biométrico, fotografia e impressão digital, uma base de dados nacional dos cidadãos eleitores, bem como a apresentação de um cartão informatizado são algumas das características da solução tecnológica para o registo eleitoral. Tendo em conta que o registo eleitoral é um dos



pressupostos para votar, pretende-se com essa solução evitar-se que se registem cidadãos estrangeiros e sem a idade para tal.

Para o processo, prevê-se, numa primeira fase, a criação de quinhentas e quatro (504) brigadas, que vão mobilizar cerca de 3 mil brigadistas. Segundo Paulo Soma, neste momento já estão inscritos mais de 54 mil candidatos, cifra bastante superior para o necessário. Mas, apesar de serem precisos apenas cerca de 3 mil brigadistas, não se descarta a possibilidade de se vir a aumentar o número, razão por que dos candidatos inscritos alguns passarão a reservistas. Para as zonas sem energia eléctrica, a solução prevê a aquisição de geradores a gás, que servirão para alimentar os equipamentos das brigadas de registo. Apesar de algumas inquietações demonstradas no início da apresentação, no termo do encontro, os presentes, no geral, mostraram-se esperançosos em que a referida solução tecnológica venha a dar mais fiabilidade ao processo de registo eleitoral.

Isso foi, pelo menos, o que deixou expresso ao “JA” Carlos Sucami, coordenador geral da Rede Eleitoral, um dos convidados ao encontro. “A avaliação que faço desta solução tecnológica é positiva. Atendendo a que o registo eleitoral vai ser permanente, e com o aparato tecnológico que o consórcio acabou por apresentar, acredito que essa solução é a mais viável”, disse.

Carlos Sucami é de opinião de que, atendendo ao facto de hoje o mundo estar a ser dominado pela evolução da tecnologia (o mundo informático), Angola não pode ficar à margem desse desenvolvimento. Para ele, “essa solução visa garantir que o processo (de registo) seja transparente e garanta maior confiança”.

#### **4.4 No meio de tantas miséria até a água vai poder comprar votos**

*Folha8...15-07-06*

Este é o aperitivo selvido aos paltidos da oposição por ceras maîtres-d'hotel do regime, ressalve-se que nem todos no MPLA, mesmo na sua direcção pensam hoje da mesma maneira. Infelizmente para Angola, ainda são uma minoria e se meterem a cabeça de fora, podem "morrer política, mente".

Por esta razão; quando chegar a hora da campanha eleitoral mesmo a sério, o prato de consistência de todo e qualquer partido político, podemos desde já imaginar com que tipo de molho será selvido o puré de

argumentações do prato de resistência governamental. Imaginemos que a uma determinada altura acontecerá o seguinte: por coincidência o presidente, perdão, o candidato do MPLA - é preciso não perder de vista que José Eduardo dos Santos participará na campanha eleitoral não como Presidente da República, mas como candidato que almeja renovar o caduco mandato do ex-presidente da República que ele é - por coincidência, dizíamos, o candidato do MPLA e o da UNITA deslocam-se no decolrer do mesmo dia ao Huambo. Está previsto que Eduardo dos Santos parta à 7 horas da manhã e Isaias Samakuva às 8 horas. Muito provavelmente, o avião de JES partirá à hora marcada, mas também muito provavelmente será anunciado um atraso de, no mínimo uma meia hora para o levantamento do voo do avião em que viajará Samakuva. Dar-se-á então a aparição na sala de protocolo na qual se encontra o chefe da UNITA duma encantadora "hotesse" que anunciará o atraso.

O tempo passa e com ele lá se vai a meia hora ele atraso e ... e o avião que acaba por levantar voo sem que a delegação da UNITA tenha sido posta ao corrente do caso. Reaparecerá então uma outra encantadora “hotesse” que manifestará a sua surpresa por constatar que o presidente Samakuva ainda está ali a espera e não a bordo do avião q acabou de levantar voo para o Humbo.

Que transtornos tão grande!..

Coisas assim.

Dadas estas circunstâncias, às quais se pode acrescentar o facto ele praticamente todas as unidades bancárias do país estarem sob controlo absoluto do partido no poder (veja-se o que se passou com a conta bloqueada da FNLA), para não falar das minas de diamantes e não só, agora elas concessões a angolanos nos petróleos.

Quais angolanos?

Pois claros os mesmos que dominam o esférico em todas as áreas. Assim será muito difícil termos uma verdadeira campanha eleitoral, pois quem está no poder, tem resistências em criar verdadeiras instituições do Estado, voltadas para a cidadania. O quadro é pois complicado e, nada pode levar a pensar numa aceitação ao cansaço popular, em função da sua frustração, a falta de emprego, educação, saúde e oportunidades, na hora de depositar o voto. Ontem foi Savimbi, que não aceitou o resultado eleitoral. Hoje será que quem o combateu ontem está preparado para aceitar, naturalmente, uma den'ota eleitoral. Tudo aponta para o não, obviamente .... muito simplesmente porque existe uma

## **4.5 Arrancou a selecção de brigadistas**

*Folha8...15-07-06*

A comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) iniciou o processo de selecção dos elementos que vão integrar as brigadas de recenseamento dos eleitores, tendo em vista as próximas eleições no país, ainda sem data marcada.

O início da selecção dos candidatos havia sido anunciado na semana passada em Luanda num comunicado divulgado pelo Ministério da Administração do Território, que não adianta, no entanto, quantas pessoas se inscreveram em todo o país. O processo de recrutamento dos futuros elementos das brigadas de recenseamento eleitoral decorreu entre 07 e 22 de Junho, a que se seguiu uma triagem das candidaturas apresentadas em função dos requisitos exigidos. Os candidatos deveriam ter nacionalidade angolana e idade superior a 18 anos, sendo ainda exigida como habilitação mínima a sexta classe para os elementos das brigadas e a oitava classe para os chefes de brigada, além de disponibilidade para trabalhar em qualquer ponto do território angolano e conhecimentos da língua nacional da região onde vão proceder ao registo dos eleitores.

A fase de selecção vai decorrer em simultâneo em todas as províncias e abrangerá uma prova de corulecimentos de informática na óptica do utilizador, uma prova de cultura geral e a realização de entrevistas individuais. A CIPE estima que este processo de recrutamento e selecção esteja concluído no final de Julho, após o que os elementos escolhidos terão um período de formação, cuja duração não foi divulgada. As brigadas de registo eleitoral terão como missão confirmar a identificação individual dos cidadãos e proceder ao seu recenseamento, através da atribuição de um cartão de eleitor. O governo, tendo em vista a realização das próximas eleições legislativas e presidenciais, pretende recrutar e formar cerca de 14 mil indivíduos para integrarem as cerca de 2.000 brigadas previstas para o recenseamento dos eleitores, estimados em mais de sete milhões de pessoas.

Em meados de Junho, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) recomendou ao governo que o início do recenseamento eleitoral ocorra entre Agosto e Outubro, prolongando-se por um período de seis meses. Esta recomendação era o último requisito necessário para o governo anunciar a data de início do processo de recenseamento dos eleitores, mas até agora o executivo ainda não se pronunciou sobre o assunto. O ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, que coordena a CIPE, assegurou, no

entanto, que o governo está a trabalhar para que o recenseamento comece ainda na estação seca. A estação seca, localmente designada por cacimbo, teve início a 15 de Maio e prolonga-se até 15 de Agosto, mas as chuvas apenas começam a cair com mais intensidade a partir de Outubro ou Novembro, conforme as regiões do país. O andamento do processo de preparação das eleições já não permite a sua realização em 2006. Como chegou a admitir o Presidente da República, José Eduardo dos Santos e foi recomendado pelo Conselho da República na reunião de Julho de 2004.

A 05 de Abril, durante a visita a Angola do primeiro-ministro português, José Sócrates, Eduardo dos Santos admitiu que as eleições se realizarão "o mais tardar" em 2007.

"Esta mobilidade de pessoas dificulta a execução do trabalho", frisou António Andrade. Nesta conferência de imprensa, foi ainda revelado que a segunda fase do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração deverá começar no próximo trimestre, abrangendo antigos militares das Forças Armadas Angolanas, entre os quais oito mil deficientes.

## **4.6 Educação para eleições (I)**

*Terra Angolana...1ª Quinzena Julho 06*

Eleições é a forma plural de eleição que em termos gerais significa, eleger; entre várias pessoas ou partidos, escolher através do voto aquele que achamos capaz de dirigir ou governar os destinos de um povo, um país, uma província, um município, uma comuna, um partido político, ou mesmo uma empresa. E nas eleições onde o povo exerce a sua soberania votando naqueles que efectivamente ao longo do tempo mostraram estar preocupados com as suas vidas como sendo, escolas, hospitais, salários condignos, enfim, votar naqueles que podem mudar a vida do povo para melhor e castigar através do voto contra, aqueles que só se preocupam em ficar cada vez mais ricos.

As eleições livres e justas só se realizam nos países democráticos, onde o poder, de facto reside na mão do povo. Em Angola, nosso país, a democracia instaurou-se em 1991, após mais de 15 anos de luta armada. Como consequência dessa abertura democrática, em Setembro de 1992 realizaram-se as primeiras eleições em Angola, mas infelizmente, além de não terem decorrido da melhor forma, essas eleições não trouxeram o que os angolanos esperavam delas; a justiça, o desenvolvimento e a estabilidade. Graças ao acordo de paz assinado entre o Governo de Angola e a UNITA, aos 4 de Abril de 2002, o país vive um momento ímpar nos últimos meses, se tivermos em

conta que as atenções dos angolanos e não só, centralizam-se na perspectiva de ver as segundas eleições realizadas em Angola, para que possa escolher livremente os seus dirigentes, legítimos representantes de todo o povo. Os órgãos de soberania do Estado, mormente, o Presidente da República, o Parlamento "Assembleia Nacional", Tribunais, Governo, enfim, carecem de legitimação periódica, resultante do voto secreto e periódico.

Participar das eleições, votar, não é um privilégio conferido pelo Governo ou por qualquer partido político aos cidadãos. É um direito inalienável. É um direito inerente a qualquer cidadão, seja ele rico, pobre, governado ou governante. É um direito imergente da substância, da essência da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É através da realização e da participação das eleições que o povo tem e terá a oportunidade de exercer o seu direito de escolher quem governa, quem o representa no Parlamento, na Presidência e no Governo. Para que haja eleições, para que o cidadão possa exercer o direito de escolha, através do voto, é necessário existam partidos políticos e vários candidatos à Presidência da República. ao contrário da ditadura onde só existe um e único imposto ao povo.

Em Angola existem mais de uma centena de partidos políticos que fazem oposição ao partido que exerce o poder há mais de 30 anos. A UNITA é o partido que lidera os partidos políticos da oposição. Nas eleições, em qualquer parte do planeta, quando o Partido no poder não corresponde com as expectativas dos cidadãos, estes votam na oposição para que se compare a actuação de um e de outro. Quer dizer quando um partido trabalha mal, nas eleições o povo não vota nesse partido, quando um partido trabalha bem o povo vota nele. Ali está a importância das eleições e dali a nossa ideia de criar a partir desta edição, uma página que vai ajudar o nosso eleitor a compreender o fenómeno eleições. A partir desta edição do Jornal Terra Angolana, vamos "olhar para" os diplomas legais que suportam e suportarão as eleições em Angola, o pacote legisla tivo eleitoral.

Para a realização das eleições como em qualquer outra Nação, são precisos vários diplomas legais, para regular um exercício tão importante para a estabilidade dos países democráticos que é o das eleições. Para o efeito, o Parlamento angolano, já tem aprovado varios diplomas que vão reger as eleições no nosso país. Angola já possui um conjunto de leis e diplomas afins que permitirá ao angolano exercer o direito ao voto. Ao conjunto das leis e diplomas que vão suportar as eleições em Angola, nós temos o chamado Pacote

Legislativo Eleitoral. Nesse pacote estão inclusas nomeadamente; a lei eleitoral, a lei e o regulamento do registo eleitoral, o estatuto orgânico dos órgãos de registo eleitoral, a lei de observação eleitoral, o código de conduta eleitoral, a lei dos partidos políticos, a lei da nacionalidade, a lei do conselho nacional de comunicação social, a lei de imprensa, a lei do direito de antena, resposta e réplica dos partidos políticos e sociedade civil, e finalmente a lei do financiamento dos partidos políticos.

São estes diplomas que vão determinar o sucesso ou o insucesso das próximas eleições porque são delas que o Estado, os partidos políticos e os cidadãos se servem para regular o comportamento e procedimento de todos os intervenientes nos períodos pré, durante e pós eleitorais. Logo, não devem ser desconhecidos, ignorados ou violados, sob pena de nos enganarmos uns aos outros.

Neste primeiro número do Educar para Eleições, vale dizer que o Pacote Legislativo Eleitoral, pela sua importância, deve ou devia ser localizado ou mesmo pesquisado, na imprensa nacional, na biblioteca da Assembleia Nacional, nos arquivos dos partidos políticos e respectivos grupos parlamentares, nas bibliotecas das administrações locais, nas escolas, enfim, em todas as instituições públicas.

## **4.7 Benguela, prepara formadores para registo eleitoral**

*Cruzeiro do Sul...15-07-06*

Os cinco dias de acesos debates marcaram a materialização de um dos pressupostos mais importantes do processo eleitoral.

Embora a data para o início do Registo Eleitoral seja ainda uma incógnita, Benguela continua a marcar passos firmes na projecção daquela que é tida como uma das etapas cruciais do processo que culminará com as próximas eleições em Angola. Terminou ontem o primeiro seminário provincial de formação de formadores, que contou com a participação dos dezoito membros do Núcleo Provincial de Formadores. Ministrado por Manuel Ngonga, membro da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o seminário abordou temas como "Princípios fundamentais de um estado democrático e de direito", "Órgãos eleitorais", "Relação CNE/CIPE", "Registo eleitoral" e "Supervisão e superintendência do registo". Participaram nele, como convidados; membros de partidos políticos, magistrados, entidades religiosas e representantes de organizações da sociedade civil. O presidente da

Comissão Provincial Eleitoral (CPE), José Calequera, afirmou que os cinco dias de acesos debates marcaram a materialização de um dos pressupostos mais importantes do processo eleitoral.

"Esta acção visa aglutinar experiências dos autores do amplo movimento que será levado a cabo nas comunidades". disse Calequera, salientando que a educação cívica das populações se afigura como sendo de grande importância. "acrescentou, por outro lado que a acção formativa visou partilhar conhecimentos e, acima de tudo, sistematizar as ideias que servirão como que o pano de fundo ao longo deste processo. "Precisamos utilizar a mesma linguagem quando fizermos o uso da palavra na árdua tarefa de educar a população, sobretudo os menos esclarecidos", apelou o presidente da CPE de Benguela. A parceria com os partidos políticos constitui, no dizer de José Calequera, a chave para a implementação desta estratégia, cujos benefícios se resumem na valorização da cidadania.

# 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

## 5.1 Huambo vai enquadrar 500 professores

*Jornal de Angola... 07-07-06*

Mais de 500 professores do ensino de base, seleccionados através de um concurso público, serão enquadrados brevemente no sector da Educação no município da Tchicala-Tchologanga, província do Huambo, informou ao Jornal de Angola o administrador municipal local, José Manuel dos Santos.

José dos Santos fez saber que, no ano lectivo em curso foram matriculados 32 mil alunos, do primeiro ao terceiro níveis, estando nesta altura fora do ensino cerca de 45 mil, devido à falta de professores. O ramo da Educação na Tchicala-Tchologanga controla 357 professores, dos quais 156 recrutados no ano transacto. Os referidos professores estão distribuídos em quatro comunas nomeadamente, Sambo, Samboto, Mbove e comuna sede. No que diz respeito ao material didáctico, o administrador frisou que as dificuldades são inúmeras, agravadas com os empecilhos para a aquisição de livros para alfabetização e do primeiro nível. A Tchicala-Tchologanga tem sete estabelecimentos escolares, dos quais quatro estão desprovidos de carteiras e outras condições para a boa condução do ensino.

O administrador municipal da Tchicala-Tchologanga disse ainda que proximamente será inaugurada naquela localidade uma escola primária, com capacidade para albergar 150 alunos. As obras estão a cargo da Micro-Form, uma construtora adstrita ao governo da província.

## 5.2 Caála beneficiará de 15 novas salas de aulas

*Jornal de Angola... 07-07-06*

Quinze novas salas de aula estão a ser construídas pelo governo da província do Huambo, no município da Caála, cerca de 23 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo, para acolher os 19.390 alunos fora do sistema de ensino.

Segundo a administradora local, Loth Nolica, as novas salas de aula vão juntar-se às 260 infra-estruturas escolares existentes no município, que necessita de mais

salas e professores, sem contudo adiantar números. “O governo tudo está a fazer para o aumento de infra-estruturas escolares na sede e nas comunas do interior do município, uma situação que paulatinamente vai reduzir o número de alunos fora do sistema de ensino”, sublinhou.

O sector da Educação na Caála funciona com 1.621 professores para dar aulas a 70.537 alunos matriculados no presente ano lectivo em toda a extensão da circunscrição.

## 5.3 Inaugurada duas escolas primárias

*Jornal de Angola... 07-07-06*

Dois escolas do I nível, construídas de raiz, com cinco salas de aula cada, foram inauguradas recentemente, no bairro da Mitcha, nos arredores da cidade do Lubango, província da Huíla.

Financiadas pelo governo provincial da Huíla, no âmbito do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população, as duas escolas foram construídas num período de cerca quatro meses e as obras, a cargo da empresa VA construções, consumiram 46 milhões e 400 mil kwanzas. As referidas escolas albergarão mais de 750 alunos nos três turnos.

“Esperamos que o plano do governo, de reabilitação, ampliação e construção de mais escolas seja extensivo a todas as áreas da nossa província”, disse Liodete Pedro, uma das alunas contempladas. De acordo com o governador provincial da Huíla, Ramos da Cruz, que procedeu ao corte da fita, o governo da província da Huíla vai continuar a prestar uma atenção especial às crianças, na sua educação, formação, nos cuidados primário de saúde, na sua estabilidade e lazer. AM

## 5.4 Luanda terá novo instituto de ensino superior

*Angop...11-07-06*

Luanda contará em breve com mais uma instituição do ensino Superior. Trata-se do Instituto Técnico de Angola (Ista) localizado no quilómetro nove, em Viana. Segundo o vice-ministro para o ensino Superior, Adão do Nascimento, neste momento está-se a trabalhar nas questões de ordem técnica, o que deve merecer uma análise profunda e um tratamento devido que, posteriormente, será submetido a apreciação do ministro de tutela para os devidos efeitos.

O governante que esteve ontem naquela instituição em visita de trabalho, disse ter constatado no local, um grande esforço por parte dos promotores da futura instituição do ensino superior. O esforço, segundo disse, é visível do ponto de vista de infra-estruturas, de equipamentos, organização e de documentação.

Se os esforços que observamos são louváveis há, no entanto, a sublinhar alguns aspectos que devem merecer ainda uma certa atenção nos próximos tempos sem, contudo, inviabilizar qualquer decisão favorável ou desfavorável, sobre a abertura do Instituto?, argumentou. Para o vice-ministro, a visita centra-se na recolha dos últimos elementos técnicos que podem ajudar a sustentar o parecer que será submetido à direcção do Ministério da Educação para que este tenha uma posição clara e que consiga levar o processo decorrente à apreciação do Governo. Pensamos que o dossier de que dispomos acaba de ser completado com os elementos que se recolheu no terreno e, pensamos que podemos passar para uma outra fase, que consiste na tomada de posição do Ministério da Educação sobre este assunto?, elucidou o vice-ministro, Adão do Nascimento.

Por outro lado, fez saber que do padrão que é exigido para aprovação de um Instituto Superior, pelo menos, estão criadas as bases, mas também entendemos que uma instituição qualquer que seja, prima sempre por uma fase de evolução, sobretudo nos dispositivos necessários. No entanto, admitiu que o projecto posto à disposição do Ministério até certo ponto satisfaz ?os nossos interesses, embora reconheça-se que estão em falta alguns elementos. O que de imediato informamos aos promotores da instituição e, pelos vistos, foi bem acolhido?.

Adão do Nascimento reconheceu que o país carece de Institutos Superiores. Os poucos que existem não satisfazem as necessidades, se tivermos em conta o elevado número de indivíduos sem acesso ao ensino superior. Entretanto, a futura instalação do Instituto Superior Técnico de Angola contará, numa fase inicial, com sete salas de aulas, três anfiteatros, um laboratório de electrotecnia, dez balneários, uma sala de informática e dois centros de estudo. Ministrará os cursos de licenciatura em engenharia de telecomunicação e electrónica, engenharia informática, entre outros.

## **5.5 Imunização de menores prossegue no seu segundo dia oficial**

*Angop...14-07-06*

A primeira fase da campanha de vacinação com vista a se imunizar e acautelar três milhões e 635 mil crianças dos zero aos cinco anos de idade contra o sarampo e a poliomielite regista hoje, em 17 das 18 províncias do país (a excepção de Luanda), o seu segundo dia de actividade preventiva.

Promovida pelo Ministério da Saúde (MINSa), sob o desígnio "Viva a vida com saúde", a campanha visa, numa primeira fase, atingir mais de três milhões e 600 mil crianças para a Pólio, três milhões e 90 mil contra o Sarampo, três milhões e 235 mil com a ministração da vitamina A, bem como dois milhões e 908 mil com o desparasitante. A decorrer até ao dia 17 do corrente mês (nas zonas urbanas e peri-urbanas), a campanha "Viva a Vida com saúde" tem por objectivo reduzir em 50 por cento a mortalidade infantil até 2008 em Angola, por meio da imunização das crianças contra a alta transmissão de malária e parasitas, um esforço do Governo e outros parceiros em resposta à taxa de mortalidade infantil.

De igual modo, estão-se a distribuir 794 mil e 400 redes mosquiteiras tratadas com insecticida de longa duração a famílias de crianças dos zero a menores de quatro anos, uma prioridade do Minsa para províncias com elevada transmissão de malária, mormente Cabinda, Zaire, Uíge, Lundas Norte e Sul e Moxico. A campanha enquadra-se no Plano Estratégico Nacional de Redução Acelerada da Mortalidade Materno-Infantil para o quinquénio 2004-2008 e prevê o reforço da cobertura dos serviços de rotina, feitos, especialmente, nas áreas de difícil acesso, bem como da fraca abrangência sanitária, por meio de postos fixos ou unidades sanitárias avançadas. A realizar-se em duas fases (de 20 de Julho a 03 de Agosto acontece a segunda nas zonas rurais), a campanha, inicialmente prevista para o período de 05 a 09 e de 12 a 26 de Julho em todo o país, foi oficialmente aberta na cidade de Mbanza Congo, província do Zaire, no intuito de se tornar as crianças resistentes a enfermidades.

O início da campanha de vacinação "Viva a vida com saúde", a nível da província de Luanda, aconteceu na quarta-feira (dia 12).



## 5.6 Juventude do Huambo faz da caneta uma potente arma

*Capitla...15-07-06*

Na escola do segundo nível recém reabilitada em Ukuma, município localizado a 90 quilómetros da sede da província do Huambo, um cenário chama a atenção dos visitantes. Misturadas numa classe de adolescentes não, passavam, no entanto, desapercibidas quatro jovens que assistiam atentamente às aulas enquanto, umas, amamentavam os seus filhos e, outras, aconchegavam-nos às costas.

Uma visão pouco comum, sobretudo para quem vem de Luanda, mas que traduz à letra a resposta que a juventude do interior da província dá aos esforços do Governo local que optou por definir a aposta no sector da Educação como uma das principais prioridades. Iniciativa que, ademais, está a ser coroada de êxitos porquanto conseguiu atingir a generalidade dos seus objectivos: reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino, acabar com as aulas ao ar livre e evitar que alunos percorram largos quilómetros desde as suas residências até às salas de aula. A contar de 2004, tal como ilustrou, para este semanário, o director do GEPE (Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística) do Governo do Huambo, Henriques Mendes Teixeira, os esforços do Governo permitiram a multiplicação de salas de aulas, incluindo nos mais recônditos municípios da província, quer através da reabilitação de escolas quer, sobretudo, de construção de novos estabelecimentos de ensino. Em 2005, por exemplo, o Governo provincial construiu 12 escolas e reabilitou 6 por toda a província, equivalendo a um total de 84 salas de aulas. Um indicador que parece pequeno mas que se agiganta tão logo que seja somado ao número de novas salas de aula disponibilizadas desde 2004, perfazendo muito mais de 250 construídas em apenas dois anos. Henriques Mendes Teixeira não se cansa, pois, de exibir a bandeira do triunfo, até porque promete que brevemente este número será maior.

«Ainda temos mais escolas, por toda a província, em fase de reabilitação e construção», ilustrou. Mais do que a disponibilização de salas de aulas, o importante é determinar como a população encara este esforço governamental. Ao que tudo indica, encara muito bem. Prova disso é a redução do número de crianças fora do sistema escolar que, sendo assustador na altura que terminou a guerra, começa a caminhar para uma redução. A estatística que, em 2002, apontava para um número de 210 mil crianças fora do sistema de ensino reduziu para mais de metade. Hoje, em toda a província do Huambo existem 93 mil crianças que não podem ter acesso à Educação. «Continuamos a luta, a construir

mais escolas para reduzir este número», garantiu o director do GEPE. Nesta empreitada, o Governo conta, felizmente, com aliados imprescindíveis: os professores. Existem, hoje, 12 mil professores distribuídos por todas as localidades da província, contra os oito mil que existiam até ao fim da guerra. Essa multiplicação de educadores não é, no entanto, tarefa fácil. Cedo, o executivo de Paulo Kassoma entendeu que o envio de professores para algumas localidades exige, primeiro, a criação de condições de sobrevivência para estes. «Todos eles necessitam de residências para se instalarem daí que, do lado do Governo, esteja a ser feito o seguinte: sempre que há uma escola, há que se construir casas para os professores que vêm da sede da província».

### MÃOS À OBRA

No Huambo, sem dúvida alguma, ainda há problemas por resolver no sector da Educação, mas nem o Governo nem a população estão de braços cruzados. Entre os populares assiste-se a uma espécie de corrida contra o tempo, como se fosse pretensão dessa gente sofrida recuperar dos longos anos de guerra através dos livros. Pais, mães e filhos estão juntos nessa luta pela alfabetização de que faz trincheira, por exemplo, o pequeno Henriques Muteta, de 17 anos. Vontade, ele tem. Mas falta o fundamental: material didáctico. «Quase que faltam livros, cadernos e queremos muito uma biblioteca para investigarmos, mas aqui, onde vivemos não há», queixou-se o jovem habitante do município de Tchinnenji (ler caixas), onde até os próprios professores reclamam da falta de meios.

Mesmo assim, Henriques não deixa de ir todos os dias à escola, tal como as quatro adolescentes que, em Ukuma, têm de repartir todos os dias o carinho pelos filhos recém-nascidos com a atenção à explicação do «professor que veio da sede da província».

## 5.7 Criada Escola Portuguesa de Luanda

*L.Digital...20-07-06*

O Conselho de Ministros português (CM) aprovou esta quinta-feira um decreto-lei para a criação da Escola Portuguesa de Luanda - Centro de Ensino e Língua Portuguesa. O novo organismo resulta de um protocolo relativo ao Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Luanda, celebrado entre o Governo de Portugal e o Executivo angolano, informa o CM em comunicado.

«A escola agora criada é uma verdadeira escola pública portuguesa e tem como objectivos centrais promover o ensino e difusão da língua e da cultura portuguesa», escreve a nota informativa. Da lista de objectivos do novo centro contam-se ainda

«a promoção dos laços linguísticos e culturais entre Portugal e Angola, a contribuição para a promoção sócio-educativa de recursos humanos, a promoção de uma formação de base cultural portuguesa e a constituição como centro de formação de professores e centro de recursos». O diploma prevê também que a gestão e o financiamento da escola sejam entregues a entidades privadas, mediante a assinatura de contratos para o efeito.

### **5.8 Angola inicia campanha integrada para proteger mais de 3 milhões de crianças menores de cinco anos**

*Cruzeiro do Sul... 22-07-06*

Mbanza Congo (Angola) - O Ministério da Saúde de Angola e um grupo de parceiros-chaves deste sector inauguraram Quinta-feira, 13 de Julho, na cidade de Mbanza Congo, capital da noroeste província do Zaire, uma campanha nacional que prevê oferecer um pacote de cinco intervenções simultâneas a mais de 3,6 milhões de crianças com o objectivo de reduzir à metade a elevada taxa de mortalidade infantil do país.

Denominada Viva a Vida com Saúde, a campanha será realizada em duas fases: a primeira fase terá lugar nas áreas urbanas de 13 a 17 Julho enquanto que a segunda fase terá lugar nas zonas rurais de 20 Julho a 03 Agosto. Em Luanda, a campanha decorre entre os dias 12 e 16 de Julho. A campanha Viva a Vida com Saúde tem como metas a vacinação de mais de 3,6 milhões de crianças dos zero aos cinco anos contra a poliomielite; a vacinação de 3 milhões de crianças dos 9 meses aos 5 anos contra o sarampo; a administração da vitamina A a 3,2 milhões de crianças dos 5 meses aos 5 anos; a distribuição de comprimidos de Albendazol para desparasitar 2,9 milhões de crianças de 1 a 5 anos, assim como a distribuição de 768.325 mosquitos impregnados com insecticida nas sete províncias mais afectadas pela malária. Mais de 26 mil pessoas foram mobilizadas para esta iniciativa cujos custos estão avaliados em 15,8 milhões de dólares.

A cerimónia de lançamento foi chefiada pelo Ministro da Saúde, Dr. Sebastião Veloso, com a participação do Vice-Ministro para a Saúde Pública Dr. José Van-Dúnem, do Governador da Província de Zaire, Pedro Sebastião, Representantes de órgãos governamentais, corpo diplomático, representantes das agências das Nações Unidas (PNUD, OMS e UNICEF), USAID, Cruz Vermelha, Rotary International, Grupo CORE e outros parceiros doadores relevantes. Pelo pacote de cinco intervenções simultâneas que oferece, a campanha Viva a Vida com Saúde, está a ser

considerada a actividade de maior vulto já realizada em Angola. A iniciativa pretende reduzir a mortalidade infantil em 50 por cento até 2008, de acordo com o Plano Estratégico Nacional aprovado pelo Governo angolano com o apoio técnico da Organização Mundial da Saúde. A taxa actual de mortalidade infantil em Angola está estimada em 250 por 1000 crianças menores de cinco anos. Falando na ocasião, o Representante em exercício da OMS, Dr. Matthieu Kamwa, destacou a expectativa a volta desta campanha, sublinhando que os olhos do mundo estão neste momento virados para Angola. O Representante em exercício da OMS fez ainda notar que a campanha ocorre numa altura em que ocorrem epidemias de poliomielite em alguns países vizinhos (RD Congo e Namíbia), é surtos de sarampo em algumas províncias do País. Apelou por isso a todos os governos provinciais, sociedade civil e todos os parceiros do sector da saúde para colaborarem activamente para o sucesso desta campanha. A Representante do UNICEF, Sra. Ângela Kearney, louvou o governo angolano pela realização desta actividade de vulto, assim como o apoio prestado pelos governos dos EUA, Japão, Canadá, Noruega, Reino Unido e outros doadores. Eu gostaria de expressar um profundo apreço aos doadores-chaves que apoiam a imunização das crianças angolanas, disse ela. Na sua intervenção, a embaixadora dos EUA, Cynthia Effird, recordou o facto de Angola ser um dos cinco países africanos contemplados pela iniciativa contra a malária lançada pelo Presidente George Bush: Em Angola, nós temos apoiado a pulverização intra-domiciliar, a distribuição de mosquitos impregnados com insecticida e o uso de medicamentos mais eficazes para tratar a malária, mencionou ela, para o Ministro da Saúde, Dr. Sebastião Veloso, esta campanha representa o compromisso do governo angolano em melhorar o estado da saúde materna e infantil em todo o país, na linha das recomendações da OMS e das iniciativas internacionais. O governo de Angola continuará a trabalhar em estreita colaboração com a OMS, o UNICEF e outros parceiros-chaves para atingir este objectivo. Cada indivíduo, cada família e cada comunidade em Angola devem jogar o seu papel nesta estratégia, levando as suas crianças aos postos de vacinação, apelou ele.

Elaborado pelo Escritório da Representação da OMS em Angola. Para mais informações os interessados queiram por favor contactar a OMS em Luanda, Angola, Rua Major Kahangulo 197, 7 andar, em Luanda, ou os telef: (244) 222 395 701 Fax: (244) 222 332314 E-Mail: [wr@ao.afro.who.int](mailto:wr@ao.afro.who.int) <<mailto:wr@ao.afro.who.int>&gt;

# 6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

## 6.1 Litígio de casa "anula" sentença de tribunal

*Angolense...01-07-06*

"O problema está relacionado com a venda de uma casa, há mais de dez anos. Depois de receber o dinheiro, Dionisia Manuel, a proprietária, negou desocupar a mesma alegando não ter para onde ir. Dada a complicação, Sérgio Silva, o comprador, levou o caso a primeira secção do Tribunal Provincial de Luanda onde ganhou a causa. Dez anos passaram e Dionisia abriu um outro processo na segunda secção do mesmo tribunal, alegando que quando fez o negócio estava com problemas mentais

Um anúncio no longínquo ano de 1997 estampado no único matutino do país, o jornal de Angola, dava conta da existência de uma casa a venda. Interessado, Sérgio Silva, decidiu ligar para a vendedora. A casa custou aos bolsos de Silva 120 mil dólares e a antiga proprietária tinha oito dias para desocupar a mesma, segundo um acordo assinado entre as partes, o que não aconteceu.

O assunto, segundo apurou o Angolense, está a levantar várias interpretações pelo facto da lei permitir o recurso a sentença no período de oito dias após o julgamento. Na óptica de alguns entendidos na matéria, depois de dez anos é estranho a mesma interpor recurso, o que segundo eles, implicará a anulação da sentença anterior.

A tristeza do comprador é hoje maior pelo facto de ter dado crédito ao anúncio publicado já que receava cair na mão de um burlão. "Achei que se tratava de um negócio muito bom, pelo facto do anúncio ter sido publicado pelo jornal de Angola, porque tive sempre medo da burla", lamentou. Mais adiante acrescentou que a resistência da senhora em não sair já lhe estava a preocupar, mas só não a deixou no olho da rua por misericórdia. "Ela dizia que não tinha onde ir e como se tratava de uma senhora idónea, acreditei, mas depois notei que me queria burlar", disse. Segundo ele, só depois de um ano é que se apercebeu que estava metido "num buraco sem saída" pelo que dirigiu-se ao Tribunal Provincial.

"Depois de ter procurado sem êxito, ultrapassar o caso através do diálogo, levei o assunto a primeira secção do TPL, sob o processo 16171/ 99-B, com a orientação do juiz Manuel Assis, onde ganhei a causa", explicou. Sérgio questionou ainda a transparência da justiça no

tratamento deste caso, pois presume que haja tráfico de influências. O mesmo apontou o dedo acusador a filha de dona Dionisia que é procuradora. "A filha dessa senhora é que entrou com essa desculpa e como a juíza é amiga dela quer aproveitar-se da situação para me prejudicar", acusou. A intervenção do Tribunal Supremo é vista por Sérgio como sendo a solução do problema, mas para que o processo chegue ao mesmo está condicionado a 6 mil dólares. "É muito dinheiro, desde que começou este problema já gastei muito, por isso, gostaria que diminuíssem esta quantia. Preciso de ajuda para que a justiça seja feita", pediu.

O Angolense ouviu o parecer técnico de alguns juizes que aconselharam cautela na abordagem do caso e revisão das causas pelas quais Dionisia abriu outro processo num caso já julgado. Sem sabermos os reais motivos nada pode-se dizer, mas a nossa lei contraria pelo facto de ter passado o prazo para o recurso, contudo o Tribunal Supremo saberá resolver a questão, aconselharam.

## 6.2 Lar do "Patriota" recebe cinco milhões de dolares

*Angop...08-07-06*

A Cooperativa "O lar do Patriota" assinou recentemente com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) um acordo de rmanciamento avaliado em cinco milhões de dólares Com o valor, a Cooperativa presidida pelo general na reserva e arquitecto António Henriques da Silva (Dinguanza) pretende revolucionar a construção de casas no projecto imobiliário "Harmonia", a sul de Luanda, e honrar parte dos compromissos que tem com os sócios.

Como se sabe, as obras do projecto têm encontrado alguns constrangimentos que têm deixado os sócios com os cabelos eriçados. Henriques da Silva reconhece este mesmo facto adiantando que "durante o desenvolvimento do projecto tivemos alguns problemas ligados às questões culturais e sobretudo do associativismo" . Em sua opinião, mesmo depois da independência e porque "estivemos longos anos fora da condução dos nossos destinos há muitas lacunas que persistem", mas que devem ser colmatadas.

"Temos infonnações de que na Ordem dos Arquitectos ou dos médicos, nas associações e mesmo nos clubes desportivos ou ainda nos partidos políticos não se pagam quotas. Nesta cooperativa o curso é o mesmo. O único problema do projecto é a falta de pagamento regular das quotas por parte dos associados", disse. Com o envolvimento do BPC e do Estado, Dinguanza e pares julgam que será em certa

medida mais fácil avançar na senda da concretização do projecto. Embora não seja um financiamento "volumoso", o arquitecto ressalta ser um primeiro passo no bom sentido. "Cinco milhões de dólares não são suficientes para resolver o problema que nos preocupa, mas é um primeiro passo". Um primeiro passo de um negócio que acaba por ser também benéfico para o próprio Banco.

Os cinco milhões de dólares foram desbloqueados pelo BPC a uma taxa de juro de 8% e deverão ser reembolsados num prazo de 2 anos. O presidente do conselho de administração do BPC, Paixão Júnior, admitiu a hipótese de se dilatar o tempo de reembolso caso as circunstâncias o venham exigir. A acção do BPC terá sido orientada pelo Ministério das Finanças que vai no sentido deste banco proceder ao financiamento intercalado à Cooperativa com recursos próprios, uma boa nova que enche de satisfação os gestores do "Patriota" que querem cada vez mais dinheiro fresco para o êxito da empreitada. Soube-se que depois desta primeira tranche, na segunda fase espera-se por um financiamento avaliado em mais de 20 milhões de dólares a serem conseguidos na base do envolvimento de outros bancos comerciais que operam no mercado.

"Vamos iniciar a segunda fase com contactos que devemos estabelecer com os bancos que estão no mercado com vista a recolher pelo menos mais 20 a 25 milhões de dólares", sublinhou Paixão Júnior, que espera que com estes valores a cooperativa cumpra alguns dos objectivos preconizados.

"Esta é a nossa contribuição porque entendemos que grande parte dos filiados da cooperativa são quadros alguns dos quais com responsabilidade. Assim, a nossa instituição no desenvolvimento da sua fruição, deve ajudar para que estes quadros encontrem condições de habitabilidade para que possam, com alegria de viver, contribuir para a reestruturação de Angola", concluiu Paixão Júnior.

A Cooperativa foi lançada em Junho de 2001. Em Dezembro de 2003 foram entregues as primeiras 100 casas. Recentemente entregou mais 400 e até ao final do ano a previsão é da conclusão de mil unidades, beneficiando igual número de sócios. Neste caso, ficam por erguer quatro mil casas.

A aderência no início foi mais de singulares, mas com o tempo, o projecto passou a receber também propostas de empresas, onde se inclui além do BPC, a petrolífera Total Fina Elf.

### **6.3 ONG quer 1 milhão para projecto habitacional**

*Jornal de Angola... 11-07-06*

A organização não-governamental Development Workshop (DW) quer o apoio financeiro do Governo angolano, para a obtenção de um milhão de dólares, com vista ao incremento do acesso ao crédito habitação, denominado "KixiCasa", a mais pessoas desfavorecidas, no âmbito do programa Luta Contra a Pobreza Urbana, "LUPP".

Segundo a coordenadora do Departamento de Finanças do Programa de Micro-Finanças do KixiCasa, Lucie Manirambona, citado pela Angop, a organização envidará esforços junto do executivo do país para beneficiar de empréstimos de um dos fundos públicos, criado pelo Governo.

A responsável espera que o Governo inclua a DW num desses fundos, como o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES), extinto este ano pelo Governo, para ser criado o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), uma instituição pública, para beneficiar de um financiamento de um milhão de dólares, com uma taxa de juros de um por cento. O KixiCasa da DW, um dos parceiros do LUPP, apesar de ainda estar em fase experimental, tem já 11 clientes. Depois da sua conclusão, o projecto consistirá na concessão de empréstimos para a melhoria, reabilitação e construção de casas.

### **6.4 Zango acolhe novos moradores**

*Cruzeiro do Sul... 15-07-06*

Zango é dos vários bairros novos que nasceram muito recentemente fruto do crescimento populacional na cidade capital, estando na base questões ligadas ao longo conflito militar que assolou o país durante cerca de três décadas. Muitos cidadãos espalhados por Angola a dentro encontraram Luanda como sendo o refúgio seguro.

Na ânsia de encontrar um pedaço de terra para erguer uma cubata, alojaram-se em locais desprovido de qualquer condição de habitabilidade, como as barrocas do São Pedro da Barra, e Boa Vista. Reunidas as condições e com objectivo de evitar vários incidentes que sucediam, com regularidade, nestes locais, o Governo de Luanda entendeu por bem deslocar esses populares para locais mais seguros. O Zango como tantos outros bairros tornaram-se então em locais de acolhimento definitivo para essas pessoas. Nesse âmbito, o Governo Provincial de Luanda procedeu,

esta semana, a mais uma movimentação para Viana, de 167 famílias, para minimizar as carências de habitação emergente.

O programa habitacional de emergência está a ser executado por fases, e prevê para o próximo dia 15, o realojamento de outras cem famílias da Boavista para Zango e Sapu, numa altura em que já podem ser contabilizados a transferência de três mil famílias provenientes de várias zonas consideradas de risco da cidade capital.

## **6.5 O estado da província, segundo o Director GEPE (reabilitar a vapor)**

*Capital...15-07-06*

A província do Huambo não é propriamente um paraíso. A pobreza deixa marcas incontornáveis no rosto de populares a braços com o desemprego e com outras carências sociais muitas vezes supridas com a intervenção do crescente sector informal.

Desde bairros degradados com casas feitas de adobe, ao redor da sede da província, aos mercados a céu aberto existem muitos exemplos sugestivos de que há ainda muito trabalho por ser feito para o bem-estar da população. Pouco a pouco, lá se vai mudando alguma coisa com esforço abnegado. Homens e máquinas fecham determinadas ruas da cidade, enquanto se empenham para melhorar aquilo que é possível, desde a reposição do asfalto à reabilitação ou construção de novos edifícios. Ainda assim, há que se olhar para as carências de que, por outro lado, se queixa a população. Muita coisa mudou, mas as pessoas, de uma maneira geral, querem melhorias na distribuição de electricidade e de água potável, em toda a província.

De Henriques Mendes Teixeira recebe-se, entretanto, a garantia de que muita coisa está a ser feita nesse sentido. A nível da Saúde, por exemplo, ele conta que as intervenções do Governo provincial propiciaram um quadro que permite a que 53% por cento da população tenha acesso aos serviços sanitários. Parece pouco mas, segundo Mendes Teixeira, tudo isso foi feito depois do fim da guerra. De lá para cá, muita coisa mudou nesse domínio: dos três hospitais disponíveis em 2002 para toda a província, hoje contam-se oito, além do aumento de 11 para 31 postos médicos e de 20 para 81 centros de saúde. «Ainda há um grande deficit para satisfazer a necessidade populacional», indicou o responsável que se mostrou, todavia, satisfeito pelos resultados dessa expansão de hospitais, centros médicos e postos de saúde. À título de exemplo, indicou, a mortalidade infantil conheceu uma redução para 4,2 por cento,

contra os 11 por cento de 2002. Por ordem superior, ou seja, do Presidente da República, deverão começar brevemente os trabalhos de reabilitação da barragem do N'gove que se espera pode estar pronta para gerar electricidade «barata» depois de 18 meses do início das obras. Aí sim, poderá acontecer uma verdadeira mudança no fornecimento de energia eléctrica para o Huambo, um serviço que, por agora, não satisfaz as necessidades da população. Tudo isso, também, por força da guerra que privou a província da sua principal fonte de electricidade, a barragem de Lomaun, em Benguela. Mesmo assim, hoje, graças à instalação de grupos de geradores, pelo menos 24 das 37 comunas da província beneficia de electricidade, um serviço que está ainda disponível em todas as sedes dos municípios. Este é, para o Governo do Huambo, uma boa notícia, «até porque por altura do fim da guerra não havia um único município, até mesmo a sede da província, com electricidade».

Embora, conforme disse Mendes Teixeira, grande parte da cidade do Huambo beneficie já do fornecimento de água canalizada, a verdade é que «a exiguidade de recursos» impõe limitações a esse nível. Em toda a província, sobretudo no interior dos municípios, poços e chafarizes continuam a principal fonte para o suprimento de água potável para a população, quando esta não recorre directamente aos rios para satisfazer as suas necessidades. O esforço, por agora, é estender progressivamente os serviços aos demais municípios da província. «É uma luta, e estamos conscientes de que a vamos atendendo às necessidades dessa população», disse Henriques Mendes Teixeira para finalizar que «com o pouco que temos, estamos a reabilitar a todo vapor».

NOVE DIAS DE ESTRADA Num intervalo de nove dias, um grupo de excursionistas percorreu o Huambo de lés à lés, sem necessitar pernoitar em qualquer município senão na sede da província. Parece pouco? Mas não é. Tal possível graças ao mesmo trabalho que permite que o percurso de 45 quilómetros, entre os municípios do Huambo e Tchicala Tcholoanga, seja cumprido em apenas 15 minutos. Sobre o que se passa, o director do GEPE, Henriques Mendes Teixeira, explica a decorrência de trabalhos de reabilitação das vias de ligação terrestres entre as sedes comunais e municipais, muitas delas completamente inacessíveis depois do fim da guerra. A ligação de Huambo a Tchicala Tcholoanga, por exemplo, levava duas horas de uma autêntica odisseia. Hoje, bastam 15 confortáveis minutos.

«Estamos, também, a reabilitar as pontes que ligam as sedes comunais e municipais», explicou.

O trabalho de reabilitação e pontes envolve quadros na-

cionais, bem apoiados pela organização não governamental Development Workshop (DW), e socorre-se de estruturas de madeiras, produzidas localmente, quando não são metálicas fornecidas pelo Ministério das Obras Públicas. Agora, fruto de todo esse trabalho, «pode-se dizer que a livre circulação de pessoas e bens é um facto e o próprio governo pode, sem qualquer problema, contar as populações onde quer que elas estejam».

Sobre o momento actual, o director do GEPE não tem dúvidas: há uma diferença grande entre a província de hoje e a de ontem, portanto, por altura do fim da guerra. «Só o facto de se poder percorrer todos os municípios por terra, só o facto de se poder andar e pernoitar em qualquer localidade, só o facto de a gente ver milhares de crianças a irem para a escola indicam, pois, que houve uma mudança positiva». Mas, a luta continua. Acima de tudo porque, lá diz Mendes Teixeira, a medida que o Governo vai contactando com pessoas de localidades antes inacessíveis, a medida em que se estende a administração do Estado, descobrem-se mais carências. «Mais necessidades da população e, agora com a paz, a reclamação do cidadão tende a ser maior».

E essas reclamações, ao que se constatou, não fogem muito de município para município, de comuna para comuna e de aldeia para aldeia: «o povo quer material para a produção agrícola, estradas para o escoamento da produção, postos de saúde e escolas»

## **6.6 Cimento e tinta para sarar as feridas da guerra**

*Capital...15-07-06*

Só mesmo no interior da cidade o visitante pode ter uma ideia clara de como a guerra feriu as infra-estruturas do Huambo. Quatro anos depois do alcance da paz, as marcas da guerra ainda estão bem visíveis nas estradas por reabilitar ou nos edifícios por reconstruir. Mas tudo aponta para uma mudança a breve trecho, tal como estima a administradora municipal, Benvinda Cassele, abordada pelo semanário *A Capital*. «Há um empenho conjugado, do Governo e da população, para que se possa apagar as marcas mais dolorosas da guerra», disse.

Como dar vida a uma cidade onde nem um único edifício, um único sinal de trânsito foi poupado pela fúria da guerra? Esta é, com certeza, a pergunta de momento cuja resposta pode, na verdade, estar num significativo programa actualmente em curso na sede da província do Huambo e que é susceptível de ajudar a determinar o grau do empenho do Governo local em ressuscitar aquela que já foi chamada de «cidade vida»,

Huambo, Cimento e Tinta.

É assim que o executivo de Paulo Kassoma decidiu chamar um programa desenhado justamente com o objectivo de dar mais dignidade à cidade do Huambo. Trata-se, na verdade, de uma iniciativa que une esforços do Governo e dos cidadãos em busca de uma nova imagem para a cidade com a reabilitação dos edifícios e residências mais afectados pelos sucessivos confrontos bélicos que o Huambo testemunhou. O trabalho, que já decorre neste momento, visa essencialmente a reabilitação de edifícios públicos mas prevê, também, um apoio aos cidadãos financeiramente incapazes de apagar das paredes das suas residências marcas de balas. Quem sai do Aeroporto Albano Machado, por exemplo, não pode deixar de notar que na avenida conducente ao aeroporto os edifícios começam a ser reabilitados um a um graças ao esforço de homens abnegados que se servem de cimento e tinta como se de armamentos se tratassem para vencer mais esta batalha. José Soita é um desses homens.

Recebeu do Governo a incumbência de liderar um grupo de 37 pessoas, todos operários civis, no âmbito do programa Huambo, Cimento e Tinta. A ideia, é simples: «retocar e pintar». Mas é esta mesma ideia que comanda, desde o último dia 09 de Maio, o grupo de pintores e pedreiros que começou a pintar os edifícios da rua adjacente à sede do Governo provincial. A avenida da República, por exemplo, está como nova e é apontada como prova do êxito de tão original programa. Êxito que, aliás, é reconhecido pelos próprios populares. No dizer da adolescente Jurelma, de 18 anos, a província tem de facto muitos problemas. Mas insiste ela que não deixa de ser notória a diferença entre os anos que se seguiram ao fim do conflito armado e a nova fase que a província começa agora a viver. «A cidade está cada vez mais limpa, muitos edifícios pintados, começa a haver uma nova imagem» considerou a jovem.

Reconhece que o município, por ser a sede da província, precisa de mais dignidade, mas também sabe que nem tudo depende só do Governo. «É preciso o esforço de todos», acrescentou ao deixar, no entanto, um apelo para o Governo de Paulo Kassoma. «A mudança de imagem não pode parar os outros bairros também precisam de reabilitação, que não se fique apenas pela baixa da cidade».

Mas, para essa preocupação, o executivo local também tem uma resposta. Henriques Mendes Teixeira, que dirige o GEPE (Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística), indicou que o programa será implementado até meados de 2007, altura em que se estima que os vestígios da guerra deixarão completamente de existir.



Várias zonas, a semelhança da rua 5 de Outubro, que a guerra deixou completamente destruídas na cidade do Huambo, vão mudar completamente de aparência para acompanhar a dinâmica de crescimento que agita um município que abriga quase 80 por cento da população total da província. «Vamos, sobretudo, apoiar aqueles cidadãos que não têm capacidade de intervir nas respectivas residências».

«Apesar de alguns problemas, Huambo vai ganhando vida», enfatizou a administradora municipal inebriada pelo frenesim de viaturas, motorizadas e de outras máquinas que conferem à sede da província confiança tal que, num ápice, vê nascer a cada dia novos empreendimentos. A criação de dependências de quatro bancos comerciais - Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Sol (BS), Banco Africano de Investimento (BAI) e Banco de Fomento Angola (BFA) - acelera a criação de pequenos negócios sobretudo de carácter comercial, sem descurar de pequenas indústrias como moagens e padarias e do sector hoteleiro bem representado por pequenos restaurantes e dois hotéis que oferecem algum conforto ao visitante..

## **6.7 Uniprev rápida e com força no Camama**

*Agora ...15-07-06*

Os sócios da cooperativa Uniprev que aguardam há três anos pelas casas já podem sentir-se mais aliviados. O projecto começa já a ser executado a partir do próximo mês, numa superfície de 240 hectares, de um total de mil e 200 hectares no Camama. O anúncio surge numa altura em que muitos clientes "impacientes" terão abandonado o projecto do general na reserva, JoséArsénio Manuel

Os gestores do empreendimento, que poderá acolher milhares de cidadãos a sul de Luanda, acabaram de cumprir com os procedimentos administrativos, reunindo toda a documentação necessária para a feitura do projecto e, agora, já podem começar a ser erguidas as primeiras casas para gáudio dos beneficiários. Depois de três anos em que muitos sócios terão encontrado motivos de desmotivação, chegando mesmo a ser confirmada a saída de alguns, por causa da morosidade no que tange à execução, eis que o projecto habitacional, concebido por angolanos para ser erguido a sul da capital, vai finalmente andar. O fundador e presidente do conselho de administração da Uniprev, José Manuel diz que "estamos a fazer um projecto sério para dignificar os angolanos e o país".

O que estava a dificultar o alTtanque dos trabalhos de construção, de acordo com ele, é o título de

propriedade do terreno, que veio a ser emitido há dias pelo Governo Provincial de Luanda. A titularidade do terreno é algo com que, se calhar, outros gestores de projectos idênticos não se preocuparam, tendo avançado às "cegas", e hoje enfrentam problemas, sobretudo, com os camponeses detentores de lavras há muitos anos instaladas nas áreas abrangidas pelo plano de urbanização de Luanda. Neste caso particular, o confronto entre os responsáveis pelos projectos e os camponeses tem sido muito frenético. Os camponeses exigem invariavelmente que sejam indemnizados financeira ou materialmente, mas há casos em que os gestores não estão em condições de o fazer, ou ainda acham isso é tarefa do Governo, o que acaba por ser um erro grave. A Uniprev terá aprendido com estes erros dos outros e, em vez de começar por cima, o fez a partir da base, tendo também optado por falar menos enquanto não tivesse em mãos os terrenos. Por exemplo, na área de desenvolvimento do projecto no Camama, apareceram muitas instituições que também haviam manifestado o interesse pelas mesmas parcelas da Uniprev e havia, por isso, a necessidade de se limarem as arestas com estes intervenientes.

"Avançar com a construção, sem a aquisição do terreno seria muito aniscado. Além disso era necessário catalogar os camponeses que ali residem ou têm lavras. Indemnizá-los sem ter em mãos todos os documentos de posse do terreno do Governo, seria também muito complicado. É por isso que lutámos junto das autoridades para que o projecto tenha boa sustentação e siga em frente sem sobressaltos, porque estamos juridicamente documentados", explicou, por sua vez, o director comercial Carlos Alberto Arsénio. Para a fiscalização das obras, a Uniprev conta com o concurso da Dar-al-Handasah, ao passo que a gestão imobiliária estará nas mãos de uma prestigiada empresa portuguesa. Na superfície onde serão instaladas as residências de baixa e alta renda, bem como inúmeras infra-estruturas de apoio. como centros de saúde, escolas, centros culturais e de recreio, entre outros serviços, já foram realizados trabalhos topográficos e de delimitação. Foi feito também o levantamento dos canlponeses para posteriormente serem ressarcidos.

A confiança ganha, os gestores da Uniprev podem agora começar a fazer as contas sobre o dinheiro necessário para as diferentes fases em que serão construídas as casas, naquilo que será, por si só, uma cidade a sul de Luanda, com acessos facilitados à energia eléctrica e água. Aqueles que aderirem a este projecto terão a vantagem de serem também os donos do terreno da casa, uma alternativa que permite facilidades de acesso ao crédito bancário. "Neste momento, estamos a fazer a reorganização dos preços

de cada casa em função dos custos do próprio terreno que se encontra numa zona privilegiada. Acredito que não serão tão 'esticados' e tudo se está a fazer para beneficiar o cidadão de baixa, média e alta renda", ressaltou Carlos Arsénio. O ritmo de construção de casas não será no entanto muito veloz nesta primeira fase, já que esta conforma ainda trabalhos de nivelamento do terreno e não só. Mas os gestores estimam que mais de quatro centenas de residências serão entregues aos beneficiários, que já depositaram dinheiro, no final do próximo ano. E o dinheiro? Por causa da reestruturação dos preços das casas, Carlos Arsénio não adiantou o montante a ser aplicado na primeira etapa do projecto, mas salientou que os "contactos" com os financiadores estavam em curso.

"Estmnos a trabalhar para o desbloqueamento de verbas. Os acordos que estamos a fazer vão já no sentido do projecto arrancar em força, exactamente porque os financiadores também só estavam a espera do título de propriedade do terreno", realçou. Os parceiros que vão injectar dinheiro para o andamento do projecto são portugueses, sul-africanos e chineses. É também destes países de onde vêm as empresas que estarão envolvidas na construção das casas. A Uniprev adquiriu também parcelas de terreno em Cabinda, Huíla e no município do Soyo (Zaire). O seu PCA garantiu que a construção de casas naquelas localidades também poderá arrancar com o envolvimento de vários empreiteiros.

Recentemente, à luz do seu envolvimento em Cabinda, a cooperativa ganhou um prémio de urbanização nos Estados Unidos, o primeiro do género a ser atribuído a uma instituição de África.

## **6.8 Conflito de terras causa mortes**

*Folha8...22-07-06*

O facto aconteceu no dia 14 o bairro Golf, município de Kilamba Kiaxi e esteve em causa o conflito de delimitação dum terreno, envolvendo uma das sobrinhas do cidadão Afonso Tomás, conhecido por Milunza que na sequência sofreu um grave ferimento na cabeça provocado por uma enxada, perpetrado por um dos intervenientes no conflito, o cidadão ante, ante a presença dos fiscais.

Segundo versão dos intervenientes, as duas partes conseguiram os terrenos no mesmo vendedor e construíram as respectivas casas há 15 anos. Porém de um tempo a esta parte as duas famílias andam desentendidas sobre a acusação de uma ter "roubado" alguns metros no terreno da outra no acto da

construção. As reacções de uma das partes mostraram-se tão agressivas que motivaram a outra a pedir ajuda aos familiares e é assim que Milunza na condição de tio de uma das partes entra em cena. Passo seguinte, as duas partes decidiram recorrer aos documentos e com ajuda dos fiscais provouse então que a sobrinha agora lesada tinha razão, pois descobriuse que o senhor Jonce tinha rasurado o seu documento com o objectivo de ludibriar a vizinha. Perante a referida constatação a equipa da fiscalização decidiu deslocar-se ao terreno e fazer a devida divisão acto que, no entanto, não congelou de imediato o desentendimento entre as partes. Perante toda a lengalenga própria do referido litígio as emoções tomaram contornos inesperados. Nessa altura pelo mal dos pecados e do azar, Afonso Tomás resolveu entrar em casa da sua sobrinha e para tal tinha que virar as costas ao opositor revoltoso, que decidiu aproveitar a facilidade para desferir o golpe mortal, usando uma enxada.

"Aquele dia não houve discussão, nem brigas que justificasse esta acção só podemos concluir que são coisas com plano feito" lamenta um dos familiares. Como crime não compensa "sed lex dura lex" o sobrinho do cidadão Jonce que também esteve envolvido no acto está detido junto a Direcção Nacional de Investigação Criminal ao passo que o tio encontra-se em paradeiro incerto.

## 7 SERVIÇOS BÁSICOS (ÁGUA E SANEAMENTO)

### 7.1 Envirobac. Uma operadora de "luxo" na recolha de lixo

*Agora...01-07-06*

Manter a cidade capital limpa é, certamente, das grandes preocupações que mais tira o sono do governador Job Capapinha. Por isso, o seu executivo e a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) criaram um novo modelo de recolha de lixo que permite a existência de operadoras privadas.

Nesta senda, a capital conta com mais de cinco operadoras de limpeza, entre as quais a EnviroBac, uma empresa que terá entre os accionista o primeiro-ministro, Fernando da Piedade. Está tem um particular que chamou a atenção de alguns leitores que não pensaram duas vezes em ligar para este semanário para expor o que queriam. É que numa árdua tarefa de recolha de tão "grosso volume de lixo", a Enviro Bac aparece com a sua "frota" de carrinhas Toyota Hilux, que por sinal, até, são de última geração.

Na opinião dos nossos interlocutores, aquelas carrinhas deveria ser apenas para a recolha dos trabalhadores e não para transportar lixo. Ainda segundo eles, a EnviroBac surge como empresa especializada na área de limpeza e recolha de lixo, logo deve necessariamente possuir transporte especializado para tal. "Os carros Hilux, para além de não serem especializados, têm uma capacidade muito diminuta para este tipo de trabalho. Estes carros só servem, praticamente, para transportar os funcionários. Se querem limpar Luanda devem possuir os instrumentos apropriados", atestou Joaquim Sebastião, 36 anos, professor.

O AGORA não teve sucesso no esforço que envidou na tentativa de ouvir um comentário do governo de Luanda relativamente ao assunto. Mas sabe-se que em vários momentos, o governador Job Capapinha mostrou-se descontente com a forma como muitas operadoras estão a efectuar o seu trabalho na "luta contra o lixo na capital".

### 7.2 Kilamba Kiaxi, Estradas degradadas comprometem circulação rodoviária

*Independente...01-07-06*

Mas o administrador municipal, José Francisco Barros RankFranck, garantiu ao O INDEPENDENTE que as mesmas serão reabilitadas. Aquele responsável não avançou o prazo para o início da empreitada, mas nem o aproximar das chuvas faz com que se dê, o mais rápido possível, o arranque das obras. Do programa de investimentos público serão reabilitadas oito escolas, para além da construção de 10 novos estabelecimentos de ensino nas comunas da Camama, Palanca e Golfe II.

Rank-Franck, que falou à margem da visita de campo que o director provincial da Educação de Luanda, André Soma, efectuou àquele município, reconheceu que algumas estruturas da sua área de jurisdição precisam, urgentemente, de serem recuperadas, como por exemplo a escola 609. As principais vias de acesso da zona estão todas esburacadas e quase intransitáveis. "A reparação da via principal do Golfe está integrada no projecto de reabilitação de 15 estradas de Luanda e está enquadrada na linha de financiamento da China". As obras, segundo soubemos, terão início na rua Machado Saldanha até ao antigo controlo do Golfe, com o término previsto nas imediações do supermercado Shoprite. O outro trajecto, que será intervencionado é o que liga a fábrica FTU ao centro de emprego do Golfe. Para além deste projecto, o Governo Provincial de Luanda (GPL) vai terraplenar a via que sai do referido centro de emprego, passando pela zona do Chabá terminando na rua Olímpio Macueira. O GPL vai também assegurar a reparação de algumas estradas do bairro Neves Bendinha, que vinham sendo feita por uma empresa denominada EMCICA, cujas obras foram um fiasco, na voz do nosso entrevistado e de populares. Tratam-se das ruas Gabela, e aka- Calandula e abrangem o cemitério da Santana. As ruas a serem reparadas pelos chineses serão contempladas com um sistema de esgoto, iluminação pública e passeio e sinalização gráfica.

Segundo o administrador, Rank-Franck, para além das estradas os chineses vão também intervir nas valas de drenagem que estão no seu município, como são os casos da Senado da Câmara e a vala do Cariango, que estão situados nos bairros Malanjino, Palanca e o Neves Bendinha. Em relação a problemática da água, aquele governante salientou que darão prioridade as áreas inóspitas, onde serão instalados chafarizes, com o objectivo de desencorajar as sabotagem das condutas que acontecem no seu município.

### 7.3 Maioria dos Países pobres carece de saneamento básico

*Jornal de Angola...05-07-06*

APENAS metade da população dos países pobres tem

acesso ao saneamento básico. O problema está a diminuir - em 1990, o índice da população com acesso a rede de esgoto era de 35% -, mas o mundo ainda está longe da meta de 68% estabelecida pela ONU para 2015.

"É muito provável que os países do mundo em desenvolvimento não alcancem esse objectivo", lamenta a ONU no seu relatório Metas de Desenvolvimento do Milénio 2006, divulgado segunda-feira em Genebra, Suíça. As metas de desenvolvimento do milénio são um ambicioso compromisso assinado em 2000 por 189 países com o objectivo de reduzir ao máximo, até 2015, os principais problemas do planeta. As metas envolvem oito áreas: pobreza, educação, igualdade entre homens e mulheres, mortalidade infantil, saúde materna, combate a doenças comóidas e Malária, meio ambiente e desenvolvimento económico.

O saneamento básico é um dos vários itens que compõem a meta do meio ambiente. Nenhuma das regiões pobres do mundo ainda alcançou os seus respectivos objectivos. Na África subsahariana estão os países com situação mais crítica (37% da população tem acesso ao saneamento enquanto a meta é de 66%) e no Sul da Ásia (38% da população e a meta é de 60%). A situação da América Latina não está entre as piores: 77% da população tem acesso a rede de esgoto (esse é o conceito da ONU para saneamento básico). A meta que precisa ser alcançada até 2015 é de 84%.

O saneamento básico é importante porque tem relação directa com a saúde. Doenças como hepatite A, febre tifóide e a maioria das diarreias são provocadas pela falta de esgoto e água tratada. Outro factor, que faz parte da meta do meio ambiente é justamente o acesso a água potável.

As metas da ONU são importantes incentivos ajudam os países a melhorar a sua situação, mas alcançá-las pode não significar o fim dos problemas

#### **7.4 Novo medicamento para malária disponível em 18 unidades de saúde de Luanda**

*Angop...06-07-06*

O COARTEM, a nova combinação terapêutica para o tratamento da malária simples, está a ser administrado

por 18 unidades de saúde periféricas dos nove municípios que compõem a província de Luanda, segundo apurou a Angop de fonte ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS).

Um total de 193.440 tratamentos e aproximadamente 100 mil reagentes para a pesquisa do plasmódio (gota espessa), foram colocados nas unidades sanitárias periféricas de Luanda, onde se registam anualmente cerca de 500 mil casos de malária. Trata-se de 14 centros de saúde de referência municipal e quatro hospitais especializados, designadamente Cajueiros, Kilamba Kiaxi, Divina Providência e Augusto Ngangula. A província de Luanda conta com 91 unidades sanitárias públicas. O plano teve o apoio da OMS na capacitação de 267 técnicos de Saúde, incluindo médicos e enfermeiros, durante os meses de Abril e Junho de 2006. O COARTEM foi lançado em Abril de 2006, por ocasião do Dia Africano da Malária. Nessa ocasião, a OMS fez um apelo para que os países da região africana subvençionem esse produto, colocando-o o mais próximo possível das populações em situação de risco. A oferta do COARTEM insere-se no quadro de implementação do acordo de financiamento com o Fundo Global para combater a malária, um Projecto que está a ser implementado com a assistência técnica da OMS, no quadro do Plano estratégico Nacional para a redução de 50 por cento dos casos de malária até 2010.

Além da nova política terapêutica, a estratégia para a redução da malária inclui como componentes o tratamento preventivo intermitente de mulheres grávidas, o uso de redes mosquiteiras, a pulverização intra-domiciliar e o reforço das campanhas de educação para a saúde. Luanda, Benguela, Huambo e Uíge são as províncias que já estão a implementar a nova política terapêutica. As próximas serão Kwanza Sul e Bengo. Entretanto, esse medicamento ainda não se encontra disponível nas farmácias, porquanto o seu uso restringe-se apenas às mulheres grávidas e crianças que acorrem às unidades acima referidas. O director nacional do Programa de Luta contra a Malária, Filomeno Fortes, disse que deu-se prioridade aos centros periféricos para se evitar os grandes aglomerados de doentes nos hospitais terciários (Josina Machel, Prenda e Américo Boavida). Acrescentou que paulatinamente o programa será estendido a todas as unidades do país.

#### **7.5 Água: Um bem difícil de se adquirir**

*Angolense... 08-07-06*

Passados quatro anos desde que foi alcançada a paz, Angola ainda se depara com sérios problemas no concernente ao acesso aos bens sociais básicos para a

vida em sociedade. A água potável continua a ser "uma dor de cabeça" para governantes e governados

Eram oito horas quando nos dirigimos à Chicala II, apesar de ser uma manhã de cacimbo, o sol raiava iluminando mais um dia agitado na cidade capital, num momento em que os transeuntes apressados se dirigiam para os vulgos candongueiros. No bairro, o cenário de pessoas levando baldes à cabeça ressaltava. A manhã é o período escolhido pela população para a obtenção da água, visto que nem todas as casas têm a canalização para o acesso a este bem essencial. Augusta Bela, de 25 anos de idade, moradora da rua Kuando-Kubango, dirige-se diariamente ao Flamingo, um bairro vizinho, para transportar água antes de ir ao trabalho. Segundo ela, a Chicala não tem água canalizada por ser uma área residencial que o Governo pretende desocupar. No entanto, na zona existem dois chafarizes, que segundo a jovem, se encontram inactivos porque grande parte dos moradores clandestinamente fez "puxadas", ou seja, desviaram um tubo para as suas residências, com o intuito de terem o líquido vital o mais perto possível.

"Não compreendo como é que os funcionários da Empresa Provincial de Águas de Luanda aparecem, por vezes, a cobrar a conta da água, quando oficialmente não a temos", contestou Augusta. Para aquisição de água, os moradores pagam 10 kwanzas por cada bidão de 25 litros, ainda assim, existem pessoas que não têm possibilidade de pagar este valor. Isso mesmo afirmou José Marcos, um jovem de 30 anos, que vive só em um quarto cujo o valor da renda está fixado no equivalente a 30 dólares norte americanos. O quarto do jovem é no interior de um quintal onde moram cerca de cinco famílias. Para conseguir água depende do humor dos vizinhos, pois perdeu o emprego e consequentemente o poder aquisitivo. Na zona existem os conhecidos "trabalhadores", homens que diariamente se dedicam ao transporte de mercadorias e água. "Para carregar um bidão de 25 litros cobramos 50 kwanzas. Por dia conseguimos ganhar cerca de dois mil kwanzas", afirmou António, um dos vários trabalhadores da referida zona.

E assim é o dia a dia na Chicala II, um bairro em que a água potável é ainda uma miragem. Para contentar os moradores, talvez só o privilégio de terem o mar por vizinho.

## **7.6 Sequelas da cólera em Angola**

*Folha8...15-07-06*

Os sinais do fim da epidemia a cólera em Angola são visíveis nos diferentes centros de tratamento da doença em Luanda, a primeira província contaminada, como constatamos no dia 10.07 no centro da Boavista, zona

onde tudo começou. Aqueles dias apenas dois pacientes deram entrada com a doença.

O médico de serviço, Horácio Chipiginta garantiu também que "há muitos dias que não se regista óbitos" um sucesso que ele atribuiu pura e simplesmente ao facto da população estar mais preocupada com a higiene, prestando mais atenção aos conselhos médicos. Entretanto, o nosso interlocutor defende ser um risco adiantar prazos para de facto se considerar a epidemia da cólera uma situação controlada, porquanto, segundo ele, já houve momentos que tudo parecia bem encaminhado, mas depois as coisas se agravaram. Porém, a tendência de redução em Luanda é sempre indício do fim da epidemia, uma vez ter sido, a par de Benguela a província mais afectada quadro que actualmente caracteriza as províncias do Uíge e Namibe, mas com número longe ele igualar os atingidos em Luanda e Benguela.

Entretanto, o eventual fim da epidemia de cólera em Angola nesta altura não o livraria de estar entre os países do continente africano onde a epidemia ficou mais tempo e, consequentemente, fez mais vítimas desde 2003, altura em que ficou um mês na Zâmbia, provocando 70 mortes dos 1721 casos registados. Durante três meses, entre Dezembro de 2003 e Março de 2004, em Moçambique foram registados 15237 casos e 85 óbitos, enquanto que as autoridades camaronesas conseguiram erradicar a epidemia em um mês, tendo como saldo 2924 casos e 46 mortes. O vibrião colérico aporta de seguida na República da Nigéria onde entre os meses de Novembro e Dezembro de 2004 atingiu 1616 pessoas das quais 76 morreram um quadro menos grave que o do Tchade onde em apenas um mês, Setembro de 2004, foram registados 3901 doentes e 76 óbitos.

Este cenário assemelha-se mais ao angolano onde a epidemia um mês depois já tinha provocado cerca de noventa óbitos dos 3500 casos, no entanto antes de se instalar em Angola o vibrião vitimou mortalmente seis pessoas das 53 afectadas no Senegal entre Maio e Junho 2005. Em Julho do mesmo ano o vibrião colérico ataca 49 pessoas no Níger onde morrem cinco pessoas daí a epidemia passa pela Gâmbia, Guiné Conakry, Guiné-Bissau, Benin, S. Tomé e em Fevereiro do corrente atinge, simultaneamente Angola e Sudão. Em Angola dificilmente os números se manterão nos actuais 49.000 casos com 2010 óbitos, visto que a redução dos números não significa erradicação da doença como de resto recorda Horácio Chipiginda, lembrando que já houve momentos em que tudo indicava o fim, mas de seguida se registou um aumento nos casos.

Até ao momento apenas quatro das dezoito províncias do território angolano não têm nenhum caso confirmando, Kuando Kubango, Lunda Sul, Moxico e Cunene, mas na Última já há casos suspeitos da doença, cujo primeiro caso à nível mundial terá surgido em Bangala. Província Indica por volta de 500 a C ou 400 ac. Foi em 1817 que a Europa se consciencializou da gravidade do problema. pois uma grande epidemia originada em Calcutá (Índia), levada por navios ingleses, se espalhou pelo mundo.

Especialistas mundiais defendem ser constrangedor o facto da doença, tantos anos após a descoberta de seus meios de contágio, o isolamento de germes causadores e o desenvolvimento de potentes antibióticos; continuar a fazer vítimas mortais, defendendo existir apenas duas explicações: "só pode ser as horríveis condições de higiene em que ainda vivem as populações mais pobres e, em um país rico a falta de vontade política para melhorá-las".

## **7.7 Lixo não acabou na Boavista... foco continua descontrolado**

*Folha8...22-07-06*

A vida no Bairro da Boavista está a regressar à normalidade, cinco meses depois de ali ter ocorrido o primeiro caso de cólera em Luanda, mas o lixo e os charcos de água continuam a ameaçar a população.

A epidemia de cólera declarada em Angola, que já provocou mais de 2.000 mortos, num total de cerca de 50 mil casos, começou no Bairro da Boavista, onde o primeiro caso ocorreu a 13 de Fevereiro, tendo depois alastrado pela capital e a mais 13 províncias do país. O pesadelo em que viveram durante várias semanas os habitantes do bairro, encravado entre a encosta aonde termina o gigantesco mercado do 'Roque Santeiro' e o Porto de Luanda, parece ter chegado ao fim, sendo poucos os casos de cólera que ainda surgem naquela zona. O Centro de Saúde da Boavista, onde foi criada uma zona especial para tratar os doentes com cólera, está, por isso, praticamente deserto ao contrário do que sucedia nos últimos meses.

"Nessa altura, recebíamos mais de 100 casos por dia e era muito difícil trabalhar, porque nem sequer tínhamos espaço para receber todos os doentes que aqui chegavam", recordou o médico Horácio Chipiquita, acrescentando que no período mais grave da epidemia, os doentes vinham de todo o lado, uns em viaturas particulares, outros em carros de mão e alguns até chegavam transportados às costas de familiares". A

situação agora é bem diferente e o centro de tratamento de cólera da Boavista está quase vazio, recebendo apenas"

"um ou dois doentes por dia, a maior parte crianças", mais vulneráveis devido "à falta de condições de higiene e à ausência de acompanhamento dos pais", que saem de manhã para o trabalho e só regressam ao final da tarde. As campanhas de sensibilização da população, mas principalmente a distribuição em larga escala de água potável aos moradores do bairro, estão na origem do sucesso registado no combate à cólera, para o que também contribuiu a fim da época das chuvas. Apesar disso, para quem percorre hoje o Bairro da Boavista, um enorme emaranhado de casas em chapa e blocos de cimento, separadas por um labirinto de ruas estreitas em terra batida, não é difícil encontrar charcos de água estagnada e muito lixo, especialmente nas bermas da estrada principal, junto ao Porto de Luanda. As inúmeras crianças que ali brincam, mas também os adultos que vendem e compram nas barracas situadas a poucos metros das lixeiras, parecem alheios ao perigo da cólera regressar em força, apesar de não existir praticamente ninguém naquele bairro que não tenha contactado directa ou indirectamente com a doença.

"Felizmente, na minha família ninguém foi atingido, mas alguns dos meus vizinhos morreram de cólera", afirmou Ana Maria Ngueve, enquanto lavava roupa numa bacia em frente à barraca onde mora. Esta mulher, mãe de dois filhos, recordou o pânico que se viveu naquela zona de Luanda quando, "de repente, começou toda a gente a sofrer de diarreia e de vômitos e as pessoas ficaram desesperadas porque não havia socorro médico no bairro. Morreu muita gente e ficámos todos muito preocupados", frisou. A alguns metros de distância, enquanto aguardava por um 'candongueiro' junto à estrada, a jovem Antonica Diulo também recorda esses dias, salientando que "a situação só começou a melhorar quando as autoridades iniciaram a distribuição de água potável à população". "Para termos acesso a água potável pagamos 50 kwanzas à segunda-feira e temos direito a água toda a semana", afirmou.

Um pouco por todo o Bairro da Boavista existem locais de distribuição de água potável, facilmente identificados pelo colorido de baldes, bacias e bidões, transportados por mulheres e jovens que aguardam pacientemente a sua vez em mas junto aos depósitos instalados pelas autoridades locais. Para o médico Horácio Chipiquita, a distribuição de água potável e as campanhas de sensibilização da população foram as medidas com mais impacto no controlo da epidemia. "Foram realizadas palestras para ensinar a população a agir em

caso de doença, mas também sobre os cuidados a ter para evitar a cólera", salientou. A importância destas medidas foi confirmada por Anabela Dala, que também mora na Boavista, recordando que, "no princípio, ninguém se prevenia. Depois, as autoridades vieram dizer-nos que não devíamos consumir a água dos tanques e passaram a dar-nos água potável que vinham em camiões cisterna", acrescentou.

Cinco meses depois de ter surgido o primeiro caso de cólera, a situação parece voltar à normalidade no Bairro da Boavista, mas Anabela Dala ainda recorda "os vizinhos que mudaram de casa e fugiram para longe, com medo da doença".



## 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

### 8.1 Sociedade civil apoia fim das acções militares em cabinda

*Jornal de Angola...05-07-06*

Representantes da sociedade civil e de partidos políticos enalteceram ontem, em Luanda, a solução encontrada pelo Governo para se pôr termo aos movimentos ofensivos das Forças Armadas Angolanas e da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). O secretário-geral do Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA), reverendo Luís Nguimbi, considerou a solução encontrada "uma etapa de pacificação que deverá abrir um processo de diálogo com todas as partes implicadas no conflito".

O reverendo, que falava em entrevista telefónica ao Jornal de Angola, disse que o CICA "apoia a iniciativa do Governo em abrir o processo de negociação com vista a pôr termo ao conflito em Cabinda", encorajando o Executivo a incluir a Igreja nestes esforços de pacificação do enclave.

"Partindo do pressuposto de que o CICA é uma instituição de igrejas que defende a vida como o bem mais honroso e sublime que Deus deu gratuitamente ao homem criado à Sua imagem, sempre nos opusemos a qualquer solução que atentasse contra a vida humana. É neste contexto que demos sempre uma solução negociada para o conflito de Cabinda, baseada no diálogo honesto, franco e abrangente que dê solução ao conflito", disse Luís Nguimbi. Ele declarou ainda que o CICA gostaria de "ver o processo aberto e transparente, onde todos participassem". O presidente em exercício da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Ngola Kabangu, considerou a solução encontrada como "um passo positivo" para a solução do conflito. Para ele, o "Governo não deve recuar nos seus esforços no sentido de encontrar uma solução pacífica".

Ngola Kabangu mostrou-se satisfeito por ter sido incluída a questão logística no entendimento alcançado no dia 1 de Julho, em Massabi (Cabinda), entre as FM e a FLEC. "É um gesto muito importante quando se fala em acantonamento de tropas, que reflecte a preocupação do Governo", acrescentou. O presidente em exercício da FNLA alertou para o facto de que o estatuto a ser concedido a Cabinda não fira os interesses nacionais e não ponha em perigo a integridade territorial do país. "A solução deverá ser

sempre no âmbito da nação una e indivisível", afirmou. À semelhança de Luís Nguimbi, Kabangu defende a continuidade de um diálogo "mais amplo e abrangente, integrando todas as forças da sociedade civil, incluindo a Igreja Católica em Cabinda".

"Há personalidades ligadas à Igreja Católica em Cabinda que têm um papel importante e estão a contribuir para que haja paz naquela parcela do território nacional. Até mesmo os que contestam este acordo poderiam ter um espaço neste processo", referiu. De acordo com Ngola Kabangu, a FNLA sempre apoiou soluções que vão no sentido de se resolverem pelo diálogo as diferenças.

Por sua vez, o presidente do Pajoca, Alexandre Sebastião André, considerou que conferir um estatuto especial a Cabinda de modo algum estará em causa a unicidade da República de Angola. Em seu entender isto poderia ser um balão de ensaio para a instituição de autarquias locais, constitucionalmente consagrada. Para Alexandre Sebastião André, o Governo "não teve influência na constituição do Fórum Cabindês para o Diálogo, composto por pessoas independentes, o que quer dizer que é uma voz autorizada e interlocutor válido para o acordo assinado".

O acordo assinado no dia 1 de Julho, em Massabi (Cabinda), de acordo com Sebastião André, "é o caminho para a solução do conflito".

### 8.2 Governo encorajado a instaurar paz em cabinda

*Jornal de Angola... 07-07-06*

Os partidos políticos da oposição - UNITA, FNLA, PLD, PDP-ANA, FpD, e POC's - encorajaram ontem, em Luanda, o Governo a prosseguir esforços tendentes a estabelecer a paz efectiva em Cabinda.

Estas organizações políticas defenderam, em comunicado de imprensa tornado público no final de uma conferência de imprensa, no Hotel Trópico, que, para se efectivar a cessação das hostilidades e se instaurar um clima de paz e reconciliação em Cabinda, o Governo deverá "desenvolver um processo de paz inclusivo, envolvendo todas as forças políticas, cívicas, religiosas, e autoridades tradicionais". "A paz efectiva e duradoura exige a inclusão e a contribuição resoluta e responsável de todas as forças políticas e sociais nacionais, com relevo para todas as partes componentes do FCD", lê-se no comunicado da oposição. Os líderes do PDP-ANA, Sediangani Mbimbi, dos POC's, Manuel Fernandes, e do FpD, Luís Nascimento, representaram as respectivas

organizações políticas na conferência de imprensa, que durou aproximadamente uma hora. A UNITA e o PLD estiveram representados pelos seus secretários para a Informação, respectivamente Adalberto da Costa Júnior e Roberto da Conceição, enquanto pela FNLA (ala de Holden Roberto) esteve presente Ngola Kabangu, presidente em exercício do partido. A paragem de todas as movimentações militares em Cabinda foi a principal conclusão dos acordos rubricados sexta-feira última na comuna de Chicamba, município de Massabi, entre uma delegação das Forças Armadas Angolanas, liderada pelo chefe do Estado-Maior Adjunto das FAA, general Geraldo Sachipengo “Nunda”, e uma delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), chefiada por António Bento Bembe. A reunião decorreu na sequência do primeiro encontro oficial entre delegações do Governo e do FCD, que teve lugar entre 17 e 24 de Junho, culminando com o anúncio do abandono das pretensões independentistas por parte do Fórum. Este processo negocial tem estado a merecer o apoio de várias sensibilidades políticas, religiosas e sociais do país.

O Conselho Nacional do Povo de Cabinda (Nkoto Likanda) emitiu, quarta-feira última, um comunicado em que reafirma a legitimidade negocial do presidente do FCD, António Bento Bembe.

### **8.3 Representante do BM satisfeito com processo de desmobilização de ex-militares**

*Angop...07-07-06*

O representante do Banco Mundial em Angola para o Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), Sean Braoley, manifestou-se hoje, em Luanda, satisfeito com o progresso do projecto destinada a ex-militares da UNITA e efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Falando durante uma conferência de imprensa, que visou balancear o programa do PDGR, a cargo do Instituto de Reintegração Sócio Profissional dos Ex-militares (IRSEM), assegurou que, da parte dos parceiros, a implementação está num bom caminho. O Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), aprovado em Março de 2004, prevê a desmobilização e reintegração de 105 mil ex-militares da Unita e 33 mil das FAA, bem como a integração de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, adolescentes e portadores de deficiência.

Revelou que, até ao momento, estão registados 97.114 desmobilizados da UNITA, para os quais o programa forneceu já cerca de 60 mil oportunidades primárias de

reintegração, enquanto outros 15 mil estão a ser processados. No sistema da informação do PGDR consta o registo de cerca de 39 mil pessoas já beneficiárias destas oportunidades. Além dos ex-militares, o projecto prevê oferecer 11.114 oportunidades para menores, adolescentes (a maioria através da reabilitação de escolas), 2.275 para mulheres e 2.586 para deficientes. Uma missão do Banco Mundial e do IRSEM visitou projectos nas províncias da Huíla e Luanda, reuniu-se com membros dos governos locais, representantes da UNITA, ONG parceiras e beneficiários do programa. O representante do Banco Mundial em Angola fez saber que, no quadro do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração, a instituição disponibilizou o equivalente a 100 milhões de dólares, dos quais foram desembolsados cerca de 20 milhões.

O programa é financiado pelo Banco Mundial e mais 11 doadores, nomeadamente Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido e a Comissão Europeia.

### **8.4 Desmobilização de militares excedentários inicia dentro de três meses**

*Angop...10-07-06*

O processo de desmobilização do primeiro grupo de efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA) tem início nos próximos três meses, anunciou sexta-feira, 07, em Luanda, o director do Instituto de Reintegração Sócio Profissional dos Ex-Militares (IRSEM), general Francisco António de Andrade.

Ao usar da palavra numa conferência de imprensa, promovida conjuntamente com o Banco Mundial, afirmou que os preparativos para a desmobilização de elementos das FAA estão praticamente terminados e os efectivos iniciais a desmobilizar também identificados.

O Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), aprovado em Março de 2004, prevê a desmobilização e reintegração de 105 mil ex-militares das então forças da Unita e 33 mil das FAA, bem como a integração de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, adolescentes e portadores de deficiência. De acordo com o general António Andrade, dos 33 mil abrangidos das FAA, 15.321 estão aptos a serem desmobilizados, sendo oito mil deficientes militares.

A maioria dos abrangidos são deficientes e, desta forma, o IRSEM, que conta com apoio técnico do Banco Mundial, elaborou uma estratégia para a identificação de suas necessidades especiais.

O processo de desmobilização abrangiu já 97.114

efectivos das ex-forças militares da Unita, para os quais o programa forneceu cerca de 60 mil oportunidades primárias de reintegração, enquanto outros 15 mil estão a ser processados. O director do IRSEM anunciou que, no quadro do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração, o Governo gastou o equivalente a um milhão 777 mil e 368 dólares.

O Instituto de Reintegração Sócio Profissional dos Ex-militares foi criado à Luz do Decreto/Lei N°7/95 de 14 de Abril, consubstanciando o seu objecto à desmobilização, apoio à reintegração social e económica de ex-militares nos sectores sócio-económicos.

### **8.5 PRD apoia conversações entre Governo e FLEC**

*Jornal de Angola... 11-07-06*

A Comissão Executiva do Partido Renovador Democrático (PRD), reunida no último fim-de-semana, em Luanda, manifestou a sua solidariedade com as negociações entre o Governo angolano e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

Numa nota de imprensa distribuída em Luanda, o PRD entende que o caso Cabinda “deve ser tratado com delicadeza que ele encerra, devendo-se para o efeito consultar todos os sectores da vida política e social” daquela província.

O Partido Renovador Democrático apela aos distintos órgãos de soberania, em particular à Assembleia Nacional, a chamar a si a abordagem de um conjunto de matérias ligadas ao caso Cabinda, atribuindo-lhe um estatuto especial.

Por este facto, o partido político angolano faz votos que “o espírito de uma Angola una e indivisível prevaleça a bem de toda a nação”.

### **8.6 Consolidação da Paz**

*Jornal de Angola... 11-07-06*

Desde que foram assinados os acordos de paz, em 2002, que o país conhece uma nova fase da sua história. O calar das armas e o conseqüente espírito de reconciliação que se instalou no país permitiram aos angolanos sonhar com novos tempos. A era, agora, é de paz e reconciliação nacional.

Por isso, é reconfortante saber que os cidadãos estão empenhados na materialização dos novos propósitos: a consolidação da paz e a reconstrução nacional.

No capítulo da consolidação da paz, acções como o desarme da população civil e a convivência pacífica entre pessoas de diferentes filiações partidárias afiguram-se preponderantes. E estas acções têm estado a ser materializadas em todo o país.

Ainda ontem, foi notícia no Jornal de Angola o facto de que mais de dez mil armas foram recolhidas na província da Huíla. Grande parte destas armas foram entregues voluntariamente pela população. De acordo com o coronel Abel Mandjata, na província já só faltam recolher de pessoas civis 1.900 armas.

Este é um bom sinal. Este exemplo da Huíla, que se verifica noutras províncias do país, constitui um indicativo da consciência que os cidadãos angolanos têm de preservar a paz. Mostra que os cidadãos estão convictos de que a paz veio para ficar e que, portanto, não há mais necessidade de possuir armas.

E são gestos como estes que cimentam a reconciliação nacional, a concórdia entre os angolanos. Estas acções nos demonstram que o sonho de viver num país em paz e próspero é já uma certeza.

### **8.7 Cabinda Oposição quer participar nas negociações**

*Folha8...15-07-06*

Um grupo de sete forças políticas da oposição considerou "positiva" a paragem das movimentações militares em Cabinda. mas alertou o governo para a necessidade de uma maior abrangência no processo negociado para a pacificação do enclave.

"A paz efectiva e duradoura exige a inclusão e a contribuição responsável de todas as forças políticas e sociais nacionais. com relevo para todas as partes que integram o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD)". refere a declaração divulgada. O documento. apresentado em conferência de imprensa considera por isso que o acordo recentemente estabelecido entre o governo e uma delegação do FCD liderada por Antonio Bento Bembe corre o risco de não ter aplicação prática.

"O acordo por excluir parte dos componentes do FCD arrisca-se a ter os mesmos efeitos negativos de todos os anteriores acordos que o governo celebrou com pretensas forças político-militares do enclave". refere a declaração. subscrita pela UNITA. FNLA. PLD, PDP-ANA, FpD PAI e POC.

Nesse sentido. este grupo de forças políticas da oposição, lo "encorajam o governo a prosseguir os

esforços destinados a estabelecer rapidamente a paz efectiva em Cabinda". Para que esse objectivo seja atingido, defendem a necessidade de "um processo de paz inclusivo, envolvendo todas as forças políticas cívicas, religiosas e autoridades tradicionais". considerando que apenas dessa forma será possível a "efectiva cessação das hostilidades, a paz e a reconciliação nacional". A declaração considera "positiva" a cessação das movimentações militares no enclave mas considera necessário que o governo "estabeleça rapidamente a paz militar com a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda)". Nesta conferência de imprensa os partidos subscritores da declaração escusaram-se a comentar a polémica relacionada com a legitimidade de António Bento Bembe, presidente do FCD para negociar um acordo com as autoridades. "Não compete aos partidos definir quem é o interlocutor válido para resolver o problema de Cabinda o que pretendemos é que sejam incluídos no processo negocial todos os que integram o FCD". afirmou Ngola Kabangu, presidente interino da FNLA

Por outro lado, Adalberto da Costa Júnior secretário para a informação da UNITA salientou que os partidos da oposição "não foram informados" sobre o processo negocial que decorrem nas últimas semanas em Cabinda acrescentando que apenas tiveram conhecimento quando ele foi divulgado pela comunicação social.

A paragem de todas as movimentações militares em Cabinda foi a principal conclusão da reunião realizada entre uma delegação das Forças Armadas Angolanas liderada pelo Chefe do Estado-Maior Adjunto general Geraldo Sachipengo Nunda e uma delegação do FCD chefiada por António Bento Bembe. A reunião decorreu na sequência do primeiro encontro oficial entre delegações do governo e do FCD que teve lugar entre 17 e 24 de Junho culminando com o anúncio do abandono das pretensões independentistas por parte do fórum.

Este processo negocial foi rejeitado pela FLEC e pela Associação cívica de Cabinda 'Mpalabanda', que integram o Fórum Cabindês para o Diálogo alegando que Bento Bembe não tem legitimidade para negociar em nome do FCD. O Conselho Nacional do Povo de Cabinda (Nkoto Likanda) emitiu no entanto um comunicado em que reafirma a legitimidade negocial de António Bento Bembe.

O enclave de Cabinda de onde provém a maioria da produção petrolífera de Angola é palco desde 1975 de uma luta armada independentista liderada pela Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que alega

que o território ainda é um protectorado português nos termos do Tratado de Simulambuco assinado a 01 de Fevereiro de 1885 que serviu para Portugal defender na Conferência de Berlim os seus direitos sobre Cabinda, território que era pretendido pela França Reino Unido e Bélgica.

O documento assinado pelos príncipes e governadores de Cabinda, colocava o território sob o protectorado de Portugal tornando os seus habitantes súbditos da coroa portuguesa.

## **8.8 Reintegração de ex-militares a bom ritmo**

*Folha8...15-07-06*

O Banco Mundial considerou positivo o balanço do Programa Geral de desmobilização e Reintegração de ex-militares, que está a ser desenvolvido pelo governo, desvalorizando as críticas que têm sido apresentadas pela UNITA.

"Em termos gerais, a missão de supervisão do Banco Mundial está satisfeita com o processo", afirmou Sean Bradley, que lidera a equipa daquela instituição internacional responsável pelo acompanhamento deste programa, avaliado em cerca de 100 milhões de dólares. Sean Bradley falava numa conferência de imprensa em Luanda, admitiu que foram identificados alguns problemas, mas salientou que o Banco Mundial "está em 'coordenação com o governo para assegurar que o programa vai prosseguir". O Programa Geral de desmobilização e Reintegração (PGDR), iniciado em 2004, visou promover a reintegração social de 105 mil antigos militares da UNITA e de 33 mil ex-soldados das Forças armadas Angolanas, abrangendo também grupos vulneráveis, como crianças, mulheres e portadores de deficiência.

"Até agora, tivemos um bom progresso na primeira fase, que terminou com desmobilização de 97 mil efectivos da UNITA, para os quais o programa forneceu cerca de 60 mil oportunidades de reintegração", salientou Sean Bradley. Segundo o responsável do Banco Mundial no programa, durante a primeira fase, foi disponibilizado apoio em utensílios agrícolas e sementes para os ex-militares das zonas rurais, enquanto os que se encontram nas áreas urbanas beneficiaram de micro-créditos para apoio à criação de pequenas empresas e negócios. Sean Bradley acrescentou que "estão em fase final de preparação mais 15 mil oportunidades de reintegração, que devem entrar em execução nos próximos meses". "Em termos gerais, os beneficiários estão satisfeitos com o apoio recebido", frisou Bradley, salientando que "a UNITA, a

nível nacional e provincial, está satisfeita com o programa, bem como as organizações nacionais e internacionais". Esta posição do gestor do Banco Mundial para o PGDR contraria declarações que têm vindo a ser feitas repetidas vezes por dirigentes da UNITA, incluindo o presidente Isaías Samakuva, segundo as quais os antigos militares não têm recebido a assistência prometida depois da sua desmobilização. Questionado sobre esta questão, Sean Bradley recordou que "a UNITA panicipa na gestão do programa. Sempre que uma missão do Banco Mundial chega a Angola para fazer monitorizar a aplicação do programa, temos a oportunidade de falar com a UNITA e eles dizem que estão satisfeitos com o progresso registado", afirmou. Bradley admitiu que "tem havido atrasos e dificuldades quanto à localização dos beneficiários", mas assegurou que "em termos gerais, estão satisfeitos".

"A nível nacional, estamos em contacto com o general Isaías Chitombe (responsável da UNITA pela questão da reintegração dos antigos militares) e, apesar de alguns problemas pontuais estão satisfeitos", acrescentou. O director-geral do Instituto de Reintegração Social dos Ex-Militares (IRSEM), general António Andrade, também se pronunciou sobre esta questão, desvalorizando as críticas da UNITA. Segundo ele, os problemas resultam do facto dos antigos militares da UNITA se terem concentrado em "número excessivo" em Luanda, apesar de terem indicado como destino final outras províncias quando foram registados para serem apoiados pelo PGDR.

Para o director-geral do IRSEM organismo responsável pela aplicação do programa, esta situação "tem estado a dificultar o processo de reintegração porque (os ex-militares) não se encontram nas áreas onde deveriam estar".

"Quando os ex-soldados da UNITA foram concentrados nas áreas de acolhimento, foi-lhes solicitado que indicassem a área de destino final para possibilitar uma planificação que permitisse organizar o processo de reintegração". salientou António Andrade. Nesse sentido, revelou que, segundo os dados estatísticos existentes, deveriam estar em Luanda "menos de mil antigos militares da UNITA. Segundo o levantamento que está a ser feito agora, devem estar em Luanda cerca de 10 mil ex-militares da UNITA", acrescentou.

## **8.9 Cessar-fogo em Cabinda vigora a partir das zero horas**

*Jornal de Angola...19-07-06*

Um cessar-fogo em toda a extensão do território da província de Cabinda entre as Forças Armadas Angolanas (FAA) e as forças militares da FLEC e demais organizações sob a autoridade do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) começou a vigorar a partir de hoje, na sequência das negociações havidas recentemente em Brazzaville para a pacificação do enclave.

A cerimónia, que simbolizou igualmente o fim das hostilidades em todo território nacional, decorreu na localidade de Chicamba, a 87 quilómetros da sede capital de Cabinda, e foi assistida pelo ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, que, em Brazzaville, República do Congo, chefiou a delegação do Governo às negociações para a paz e reconciliação do enclave. As declarações de cessar-fogo foram rubricadas pelo chefe adjunto do Estado Maior General das FAA, Geraldo Sachipengo "Nunda", e pelo secretário para a Defesa e Segurança das Forças Militares da FLEC, general Maurício Amaro Zulu. A declaração de cessar-fogo lida pelo general Nunda refere que o Estado Maior General das FAA vai observar "um cessar-fogo total e definitivo em todo território da província de Cabinda a entrar em vigor a partir das zero horas do dia 19, em harmonia com o disposto no Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação de Cabinda". Ele ressalta ainda no documento a observação pelas FAA, na sequência da nova situação militar resultante da materialização do cessar-fogo em todo território de Cabinda, da adequação do dispositivo militar das FAA na 2ª região militar, província de Cabinda, no sentido da redução de forças, sem perda de capacidade de defesa militar, tendo em conta as missões militares no quadro da defesa do país.

O EMG das FAA, acrescentou, expressa a sua firme determinação de fazer cumprir escrupulosamente o cessar-fogo a fim de garantir a paz e a reconciliação na província de Cabinda. Por seu turno, o secretário para a Defesa e Segurança das Forças Militares da FLEC, Maurício Amaro Zulu, garantiu, igualmente, que o comando das forças militares da FLEC e demais organizações do Fórum Cabindês para o Diálogo vão observar um cessar-fogo total e definitivo em todo território da província de Cabinda, a partir da data acordada.

"O comando das forças da FLEC e demais organizações expressam a sua firme determinação de

fazer cumprir escrupulosamente o cessar-fogo a fim de garantir a paz e reconciliação na província de Cabinda” afirmou o general da FLEC, na declaração de cessar-fogo. Entretanto, a aplicação do cessar-fogo está a cargo de uma Comissão Militar Mista, criada no âmbito da Comissão Mista. Uma nota de imprensa tornada pública no final da cerimónia refere que “com a materialização do cessar-fogo está assegurada uma das condições fundamentais para a livre circulação de pessoas e bens em todo território da província de Cabinda”.

Entretanto, o Governo, pela voz do seu porta-voz nas conversações de paz para o enclave, João Lungo, considera que “os que pretendem a sua inclusão no processo Cabinda é bom que o façam agora e através do Fórum Cabindês para o Diálogo”. João Lungo refere, entretanto, que a paz em Cabinda é irreversível e o processo está a dar os seus passos rumo à paz, tranquilidade e desenvolvimento do povo cabindense.

“De nada valerão as críticas insultuosas dirigidas ao Governo, pois o povo de Cabinda não pode esperar pelo capricho de algumas pessoas, mesmo sendo naturais de Cabinda” afirmou.

## **8.10 Lunda Sul: Jura apela jovens a participarem na reconstrução do país**

*Angop...26-07-06*

O secretariado provincial da Juventude Unida Revolucionária de Angola (Jura), organização juvenil da Unita, na Lunda Sul, convidou as demais organizações de massas a se empenharem cada vez mais no processo de reconstrução do país.

O apelo surgiu no final da segunda sessão ordinária daquele órgão, realizada terça-feira em Saurimo, com o objectivo de traçar estratégias para a dinamização da organização na província, sendo o próximo pleito eleitoral, a direcção principal do seu trabalho. Na ocasião, o secretário provincial da Jura, João Ribeiro Mumbundo, considerou "uma mais-valia", o regresso dos filiados da organização ao Conselho Nacional da Juventude, pois, como disse, "a nação exige de todos os actores um contributo".